

RAINT
RAINT



Relatório Anual
de Atividades de
Auditoria Interna

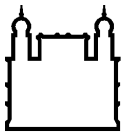


Exercício 2012
Exercício 2012



ÍNDICE

1- INTRODUÇÃO.....	02
2 – AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA.....	03
2.1 – Auditorias de Conformidade.....	03
2.2 – Auditorias de RH.....	04
2.3 – Auditorias Especiais.....	05
2.4 – Monitoramentos.....	05
2.5 – Auditorias planejadas x Auditorias realizadas.....	06
2.6 – Fluxo de trabalho das auditorias realizadas.....	07
2.7 – Processo de Prestação de Contas Anual da Fiocruz	07
2.8 – Parecer sobre processos de Tomada de Contas Especial.....	08
2.9 – Suporte aos órgãos de controle interno e externo.....	08
2.10 – Consultas das Unidades da Fiocruz.....	08
2.11– Pareceres.....	09
2.12 – Divulgação da legislação – AUDIN COMUNICA	10
2.13 – Divulgação de Acórdãos do TCU.....	10
3 – CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO EXTERNO	11
3.1 – Recomendações da Controladoria Geral da União/RJ.....	11
3.2 – Determinações do Tribunal de Contas da União.....	14
3.3 – Recomendações de Outros Órgãos.....	17
3.4 – Diligências de outros Órgãos de Controle e Fiscalização	18
4 – RECOMENDAÇÕES DA PRÓPRIA AUDIN.....	18
5 – PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ENTIDADE.....	20
6 – DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA DA FIOCRUZ.....	22
7 – DENÚNCIAS RECEBIDAS DIRETAMENTE PELAS UNIDADES DA FIOCRUZ.....	22
8 – OBRIGAÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO ÀS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	23
9 – RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA FIOCRUZ, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS PELA AUDIN.....	23
9.1 – Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e LDO.....	23
9.2 – Avaliação dos Indicadores de desempenho utilizados pela entidade.....	26
9.3 – Avaliação dos controles internos administrativos.....	26
10 – REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, COM A IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.....	27
10.1 – Dispensas e Inexigibilidade.....	27
10.2 – Análise da Regularidade dos demais processos licitatórios, incluindo percentual examinado e identificação dos participantes do certame.....	28
11 – AVALIAÇÃO DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS.....	28
12 – VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO E REGULARIDADE DOS PROCESSOS DE ADMISSÃO, CESSÃO, REQUISICÃO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.....	34
13 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDIN.....	34
14 – AÇÕES NÃO PLANEJADAS E REALIZADAS PELA AUDIN.....	35
15 – AÇÕES PLANEJADAS E NÃO REALIZADAS PELA AUDIN.....	35
16 – OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	35
16.1 – Diretoria Executiva.....	35
16.2 – Câmara Técnica de Gestão.....	35
16.3 – Cômite GesPública Fiocruz.....	36
16.4 – Participação em Grupos de Trabalho específicos.....	36
16.5 – Desenvolvimento de Sistema.....	37
16.6 – Outras Atividades.....	37
17 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37



EQUIPE DA AUDITORIA INTERNA - 2012

audin@fiocruz.br

CHEFIA DA AUDITORIA:

SILVINA DA COSTA MARQUES – Auditora-Chefe

LUCILENE SANTOS DE OLIVEIRA – Assistente de Gestão Institucional

VALÉRIA LISBOA REIS – Auxiliar Administrativo

COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE AUDITORIA:

RONALDO MADEIRA D'AGUILA – Analista de Gestão em Saúde

ADRIANA MARIA DA COSTA FRAGA – Analista em Desenvolvimento Institucional

ANA APARECIDA COSTADELLA – Analista de Gestão em Saúde

DAGOBERTO DOMINGOS DE ARAÚJO – Assistente em Gestão em Saúde

HÉLIO COELHO SILVEIRA DA ROSA – Analista de Gestão em Saúde

MARIA DE FÁTIMA SILVA – Analista em Desenvolvimento Institucional

REGINA LÚCIA DE C. JANUÁRIO DIAS – Analista de Gestão em Saúde

VANGELA COSTA DA SILVA – Analista em Desenvolvimento Institucional

NÚCLEO DE AÇÕES DE AUDITORIA NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS:

JÚLIO CARLOS CAMPOS – Analista de Gestão em Saúde

RAFAEL SAMMARTINO SENISE – Analista de Gestão em Saúde

EVANILDA FERREIRA CONFESSOR – Assistente de Gestão Institucional

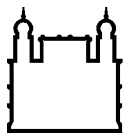
COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO:

LUCIANA ROSA DOS SANTOS – Analista de Gestão em Saúde

AGNALDO FERREIRA MORAES DA ROCHA – Analista em Desenvolvimento Institucional

ANALICE MATTOS DE OLIVEIRA – Analista em Desenvolvimento Institucional

ANDRÉA SANTOS FERREIRA – Analista de Gestão em Saúde



1 - INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna é um órgão seccional da Fiocruz, conforme dispõe o inciso III do artigo 3º do Estatuto da Fiocruz, aprovado pelo Decreto n.º 4.725, de 09 de junho de 2003. No entanto, de acordo com o Decreto nº 3.591 de 06/09/2000 e a Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno nº 01, de 06 de abril de 2001, a AUDIN se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram.

A Auditoria Interna tem como finalidades básicas:

fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle e prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. O fortalecimento da gestão consiste em agregar valor ao gerenciamento, contribuindo para o cumprimento das metas, a execução dos programas de governo e orçamento da União no âmbito da FIOCRUZ, a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão. A racionalização das ações de controle tem por objetivo otimizar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis. O apoio ao Sistema de Controle Interno consiste no fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento das solicitações específicas.

Em 2012, o quadro de pessoal da AUDIN ficou constituído da seguinte forma:

- **Chefia da Auditoria:**

- 01 Cargo Comissionado - formação: Ciências Contábeis e Administração.
- 01 Secretária Terceirizada - formação: nível médio.
- 01 Auxiliar Terceirizado de Serviços Gerais - formação: nível fundamental.

- **Coordenação de Ações de Auditoria:**

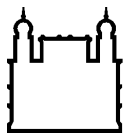
- 04 Analistas de Gestão em Saúde – formação: 01 em Administração, 02 em Ciências Contábeis e 01 em Letras.
- 01 Assistente de Gestão em Saúde – formação: nível médio.
- 03 Profissionais Terceirizados de nível superior - formação: 01 em Administração, 01 em contabilidade e 01 em psicologia.

- **Núcleo de Ações de Auditoria em Recursos Humanos:**

- 02 Analistas de Gestão em Saúde – formação: 01 em Direito e 01 em Administração.
- 01 Profissional Terceirizado de nível médio.

- **Coordenação de Acompanhamento e Gestão da Informação:**

- 02 Analistas de Gestão em Saúde – formação: 01 Administração e 01 em Biologia.
- 02 Profissionais Terceirizados de nível superior - formação: 02 em Administração.



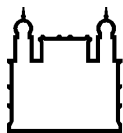
2 – AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA

2.1 - Auditorias de Conformidade

Objetivos: verificar o desempenho da gestão, o cumprimento da legislação em vigor e propor ações preventivas/corretivas.

Metodologia: Planejamento dos trabalhos (conhecimento da unidade e/ou dos assuntos que serão focos; indicadores de trabalhos já realizados pela AUDIN e pelos órgãos de controle); estudo e atualização da legislação; definição da amostragem; solicitação de processos e outras informações às Unidades; análise processual na própria Audin; trabalho de campo nas Unidades, utilizando, no que couber, os procedimentos e técnicas definidas na IN SFC nº 01 de 06/04/2001 e prestando orientações preventivas e corretivas; elaboração do relatório.

Nº RELATÓRIO/ UNIDADE/FOCO	ÁREAS AUDITADAS	ESCOPO	PERÍODO	RH	TOTAL H/H
016/2011 FIOPREV	Previdência, Assistência, Administrativa e Financeira.	Força de trabalho, folhas de pagamento, acordo coletivo, livro razão e balancetes de verificação, atas de reuniões, regulamento interno, Inadimplência.	2ª etapa: 13 a 17/02/12	02 analistas	80
002/2012 ICC	Controles da Gestão, Gestão Financeira, Patrimonial, Suprimento de Bens e Serviços, Operacional.	Resposta a nota e solicitação de auditoria, análise de processos, SIAFI GERENCIAL.	04/01 a 15/05/12	01 analista	696
007/2012 PATRIMÔNIO	Gestão Patrimonial com ênfase nos registros contábeis.	Respostas a solicitações de auditoria, análise de 22 processos de inventário e de 32 relatórios de movimentação de bens móveis (RMB), SIAFI.	17/05 a 15/08/12	02 analistas e 01 apoio	1104
009/2012 BIOMANGUINHOS	Controles da Gestão, Gestão Financeira, Patrimonial, RH, Suprimento de Bens e Serviços, Operacional.	Respostas a solicitações de auditoria, análise de processos, SIAFI GERENCIAL.	21/06 a 17/12/12	02 analistas, 01 assistente e 02 apoios	3960
010/2012 DIRAC	Controles da Gestão, Gestão Financeira, Patrimonial, Suprimento de Bens e Serviços, Operacional.	Resposta a solicitação de auditoria, análise de processos, SIAFI GERENCIAL.	28/05 a 05/11/12	01 analista e 01 apoio	1392



Nº RELATÓRIO/ UNIDADE/FOCO	ÁREAS AUDITADAS	ESCOPO	PERÍODO	RH	TOTAL H/H
016/2012 CONVÊNIOS	Convênios 102/09, 130/10 227/07, 128/09 169/09 e Termo de Cooperação/ Descentralização de Crédito nº 10/11	Resposta a solicitações de auditoria, SIAFI, SICONV, catálogo de convênios disponibilizado na página da DIPLAN, análise de processos.	10/09 a 30/11/12	02 analistas e 01 apoio	1344
017/2012 ENSP/ CENTRO DE REFERÊNCIA PROFESSOR HÉLIO FRAGA	Controles da Gestão, Gestão Orçamentária, Patrimonial, RH, Suprimento de Bens e Serviços, Operacional.	Resposta a solicitação de auditoria, análise de amostragem extraída dos programas e ações do PAINT.	05/11 a 18/12/12	01 analista, 01 assistente e 01 apoio	720
018/2012 FIOPREV	Previdência, Assistência, Administrativa e Financeira.	Força de trabalho, folhas de pagamento, acordo coletivo, livro razão e balancetes de verificação, atas de reuniões, regulamento interno, inadimplência.	1ª etapa: 17 a 21/12/12 2ª etapa: 07/01 a 08/03/13	02 analistas	80 (*)
TOTAL HH					9376

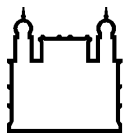
(*) As horas computadas se referem somente a primeira etapa da auditoria, visto que a segunda etapa será concluída após o encerramento do RAIN, cujas horas serão computados no RAIN de 2013.

2.2 - Auditorias de RH

Objetivos: verificar o cumprimento da legislação em vigor, na área de pessoal, e propor ações preventivas/corretivas.

Metodologia: Planejamento da auditoria e verificação das situações específicas utilizando, no que couber, os procedimentos e técnicas definidas na IN SFC 01 de 06/04/2001 e prestando orientações preventivas e corretivas.

Nº RELATÓRIO/ UNIDADE	FOCO	ESCOPO	PERÍODO	RH	TOTAL H/H
001/2012	Aposentadorias e Pensões	Análise de 46 processos, sendo 37 de aposentadorias e 09 de pensões concedidas no primeiro semestre de 2011.	02/01 a 08/02/12	01 analista	216
004/2012	Adicional Noturno	Análise de todos os processos de adicional noturno concedidos no exercício de 2011; SIAPE.	05/03 a 16/05/12	02 analistas	784
008/2012	Atos de Admissão	Seleção de 392 dentre os 445 servidores aprovados no concurso público, com sua nomeação publicada no exercício de 2011.	23/04 a 03/08/12	02 analistas	976
014/2012	Aposentadorias e Pensões II	Análise de 21 processos de aposentadorias e 03 de pensões concedidas no segundo semestre de 2011.	05/09 a 09/11/12	02 analistas	720
015/2012	Folha de Pagamento	Análise da folha de 216 servidores.	01/03 a 12/12/12	02 analistas	810
TOTAL HH					3506



2.3 - Auditorias Especiais

Objetivo: Verificar situações específicas originadas por solicitações da Secretaria Federal de Controle e outros órgãos.

Metodologia: Planejamento da auditoria e verificação das situações específicas utilizando, no que couber, os procedimentos e técnicas definidas na IN SFC 01 de 06/04/2001 e prestando orientações preventivas e corretivas.

Nº RELATÓRIO/ UNIDADE/FOCO	ÁREAS AUDITADAS	ESCOPO	PERÍODO	RH	TOTAL H/H
003/2012 IOC	Processos de pregões realizados pelo pregoeiro o ex-servidor Mário Luiz Albernaz Ayrosa.	Consulta ao portal de compras do Governo Federal e análise de processos.	09/01 a 14/03/12	01 analista e 01 apoio	768
005/2012 Contratos LOCANTY	Processos da empresa Locanty Comércio e Serviços Ltda.	SIAFI, resposta a memorando e análise de processos.	27/03 a 17/05/12	01 analista	272
TOTAL HH					1040

A auditoria especial realizada no Instituto Oswaldo Cruz, com foco nos processos de pregão realizados pelo Sr. Mário Luiz Albernaz Ayrosa, teve como base a determinação do Senhor Ministro da Saúde com objetivo de averiguar a regularidade de todos os processos licitatórios em que o ex-servidor tenha atuado como pregoeiro, enquanto a auditoria com foco nos processos da empresa Locanty Comércio e Serviços Ltda foi originada por uma determinação da CGU/RJ para a realização de auditoria nos contratos firmados com a referida empresa em razão de denúncias veiculadas pela imprensa com relação a contratos firmados com a supracitada empresa.

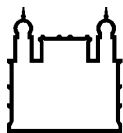
2.4 - Monitoramentos

Objetivo: acompanhar a implementação das recomendações expedidas pela auditoria interna e dos órgãos de controle interno e externo.

Metodologia: planejamento da auditoria e verificação da implementação das recomendações contidas nos relatórios de conformidade que tenham direcionamento ao procedimento de monitoramento posterior e no plano de providências permanente (CGU) utilizando, no que couber, os procedimentos e técnicas definidas na IN SFC 01 de 06/04/2001 e prestando orientações preventivas e corretivas.

Pendências dos relatórios da Auditoria Interna:

Nº RELATÓRIO/ UNIDADE/FOCO	ÁREAS AUDITADAS	ESCOPO	RH	TOTAL H/H (*)
006/2012 RH	Pessoal	Apontamentos das auditorias de recursos humanos nº 06/10, 09/10, 11/10, 02/11 e 05/11.	01 analista	60
011/2012 FAR	Contratos	Apontamento pendente da auditoria de conformidade nº 06/2011.	01 analista	24



Nº RELATÓRIO/ UNIDADE/FOCO	ÁREAS AUDITADAS	ESCOPO	RH	TOTAL H/H (*)
012/2012 IAM	RH e Veículos	Recomendações pendentes da auditoria de conformidade nº 11/2011.	01 analista	30
013/2011 ILMD	RH e Licitações	Recomendações pendentes da auditoria de conformidade nº 07/2011.	01 analista	30
TOTAL HH				144

(*) Os períodos não foram computados, pois cada trabalho foi executado em vários períodos diferentes ao longo de todo o ano, porém estão computadas as H/H para cada trabalho.

Com o trabalho de monitoramento das situações pendentes dos relatórios elaborados pela Auditoria Interna foi possível sanar 50% das pendências relacionadas nos processos de auditoria de conformidade do exercício de 2011, alterando o status desses apontamentos para atendidos.

Ainda do total de pendências monitoradas (34), 30% ficaram parcialmente atendidas e 20% do total ainda está pendente de atendimento.

Com relação ao trabalho de monitoramento vale destacar que em 2012 foram verificados todos os apontamentos que estavam pendentes, fechando o ciclo desde 2010, exercício em que não foi feito nenhum trabalho deste tipo.

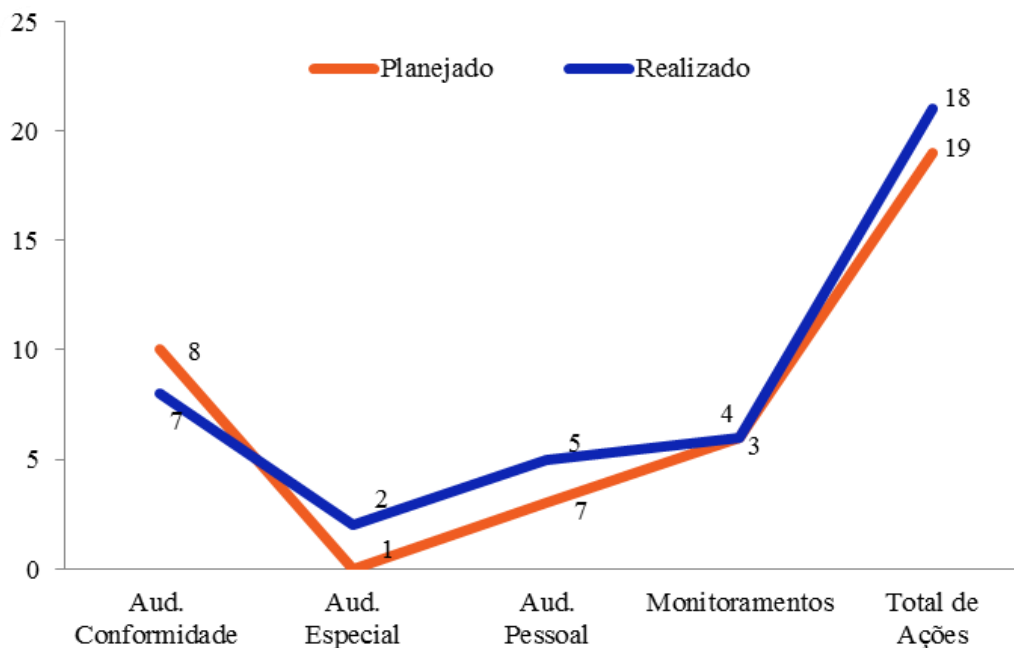
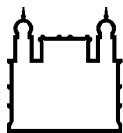
Pendências dos órgãos de controle interno e externo:

ÓRGÃO/TIPO DE TRABALHO	ÁREAS	ESCOPO	RH	TOTAL H/H (***)
CGU Plano de Providências – 2009	Licitações, financeiro, RH	Respostas da Unidade, consultas a sistemas e processos.	1 analista	32
CGU Plano de Providências – 2010	Licitações, convênios, cessão de servidores, inventário, TI,	Respostas das Unidades, consultas a sistemas e processos.	1 analista	112
CGU Plano de Providências – 2011	Licitações, financeiro, RH	Respostas das Unidades, consultas a sistemas e processos.	1 analista	72
TOTAL HH				216

(***) Os períodos não foram computados, pois cada trabalho foi executado em vários períodos diferentes, ao longo de todo o ano, porém estão computadas as HH aplicadas nos trabalhos.

2.5 - Auditorias planejadas x Auditorias realizadas

Com base nas informações acima, elaboramos um gráfico demonstrando o quantitativo de auditorias e monitoramentos realizados durante o exercício de 2012, em relação ao previsto no PAINT. É importante acrescentar que as auditorias especiais não tem previsão no PAINT e os monitoramentos só tem previsão de h/h, já que o planejamento dos trabalhos a serem realizados depende da conclusão de todas as auditorias de conformidade, inclusive e RH no final do exercício, enquanto que o PAINT é elaborado até o fim do mês de outubro de cada ano.



2.6 - Fluxo de trabalho das auditorias realizadas

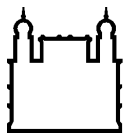
Ao final de cada trabalho de auditoria, os respectivos relatórios são encaminhados às Unidades responsáveis para conhecimento e posicionamento quanto às recomendações emitidas.

Após a apresentação de justificativas ou de providências tomadas pela área auditada, são elaborados, quando couber, quadros sintetizando a situação do relatório, com as seguintes informações: apontamento; recomendação, resposta da Unidade; conclusão da Audin, onde é informado, de acordo com a análise, o atendimento ou não da recomendação, em sua totalidade ou parcialmente.

O quadro resumo é encaminhado à Presidência da Fiocruz e, posteriormente, à própria unidade interessada, a fim de conhecer a opinião da equipe com relação às respostas apresentadas. Após esta etapa, inicia-se um trabalho de monitoramento das pendências dos relatórios, que consiste em solicitar novas respostas/justificativas ou acompanhar a solução dos problemas relatados, podendo, para isso, ser necessária a realização de novas visitas, verificação de processos/documentos e a elaboração de relatórios de monitoramento, quando couber.

2.7 - Processo de Prestação de Contas Anual da Fiocruz

Cumprindo atribuição estabelecida no parágrafo 6º do artigo 15 do Decreto n.º 3.591 de 06/09/2000, alterado pelo Decreto n.º 4.304 de 16/07/2002, a Auditoria Interna apresentou Parecer sobre a Prestação de Contas Anual da FIOCRUZ relativo ao exercício de 2011, que integrou o respectivo processo de prestação de contas da Instituição. O citado parecer foi elaborado de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa TCU 63/2010, Decisões Normativas TCU 108/2010 e 117/2011 e Portaria TCU 123/2011. Previamente a este Parecer, a Audin prestou o suporte às



Unidades responsáveis por informações que devem compor o processo de prestação de contas.

Esta atividade envolve a leitura dinâmica da legislação, divulgação às áreas responsáveis pelas informações, suporte técnico a DIPLAN e ao Serviço de Contabilidade, respectivamente nas questões relacionadas ao relatório de gestão e montagem do processo de prestação de contas de 2011.

2.8 - Parecer sobre processos de Tomada de Contas Especial

Durante o exercício de 2012 não foram encaminhados processos de Tomada de Contas Especial para elaboração de parecer desta Auditoria Interna.

2.9 - Suporte aos órgãos de controle interno e externo

Objetivo: prestar suporte às equipes dos órgãos de controle interno e externo durante as auditorias, diligências e/ou fiscalizações realizadas na Fiocruz.

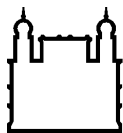
Metodologia: divulgar as solicitações junto às Unidades; receber as respostas, processos e demais documentos, analisar preliminarmente as respostas; fornecer informações solicitadas; atuar como elo entre a equipe de auditores e as Unidades da FIOCRUZ.

ÓRGÃO	TIPO DE AUDITORIA	SUPOORTE AUDIN	TOTAL H/H
CGU	Auditoria de Acompanhamento da Gestão – AAG 2012 (16/01 a 06/03/2012)	01 analista 01 apoio	544
CGU	Fiscalização Pregão Presencial nº 133/2007 (06/03 a 20/03/2012)	01 analista e 01 apoio	176
CGU	Auditoria Anual de Contas – AAC 2011 (02 a 30/04/2012)	01 analista 01 apoio	288
CGU	Fiscalização Rufolo (03/04 a 20/04/2012)	01 analista e 01 apoio	208
TCU	Fiscalização Contratos de Vigilância - Acórdão 636/2012 – Plenário (16 a 24/05/2012)	01 analista e 01 apoio	112
CGU	Auditoria Permanente de Gastos - APG 2012 (25/05 a 13/06/2012) – 1ª Parte -	01 analista e 01 apoio	128
CGU	Auditoria Permanente de Gastos - APG 2012 (16/08 a 31/10/2012) – 2ª Parte -	01 analista e 01 apoio	704
TCU	Levantamento de Auditoria (01/10 a 12/11/2012)	01 analista e 01 apoio	464
DENASUS	Apuração Dispensa FIOTEC (02/10 a 26/10/2012)	01 analista e 01 apoio	288
TOTAL HH			2912

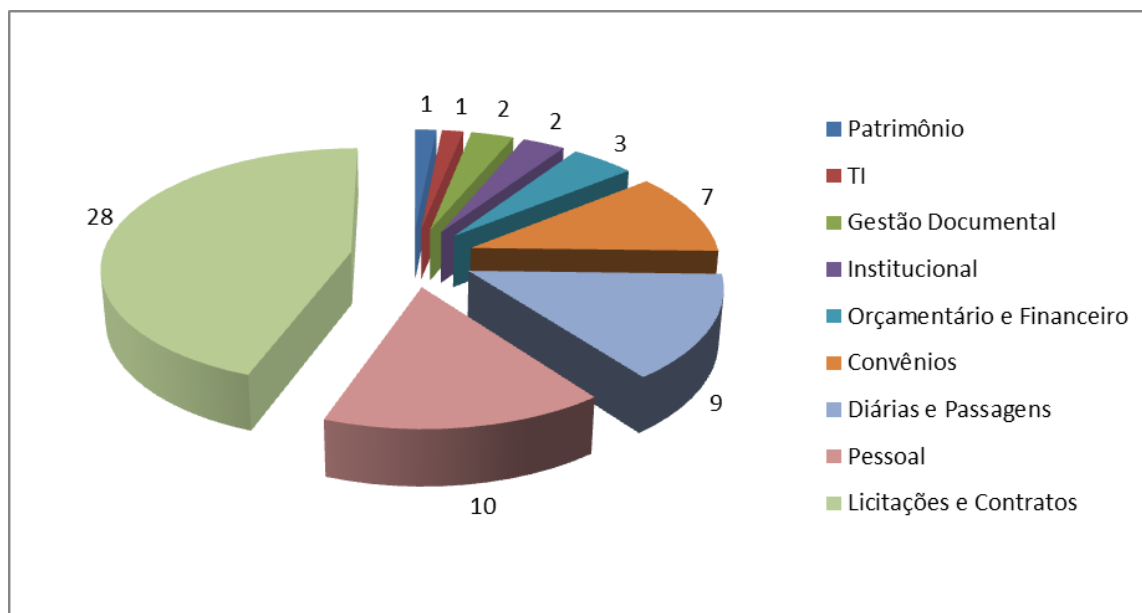
2.10 - Consultas das Unidades da Fiocruz

Objetivo: Dirimir dúvidas encaminhadas a AUDIN por e-mail, documentos e até por telefone, no sentido de fortalecer a padronização dos procedimentos, no âmbito da Instituição.

Metodologia: Realizar levantamento e analisar toda a legislação inerente ao tema da consulta; elaborar resposta e encaminhar à Unidade interessada.



Foram respondidas 63 consultas, emitidas pelas diversas áreas administrativas das Unidades, sendo que no gráfico abaixo é demonstrado o quantitativo de consultas, por tema, sendo observado que há uma maior concentração nos procedimentos de Licitação e Contratos (44%), vindo, em seguida, as questões sobre Pessoal (16%) e Diárias (14%).

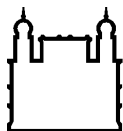


Não estão computadas no quantitativo de consultas aquelas realizadas diretamente a equipe por via telefônica ou presencial.

2.11 - Pareceres

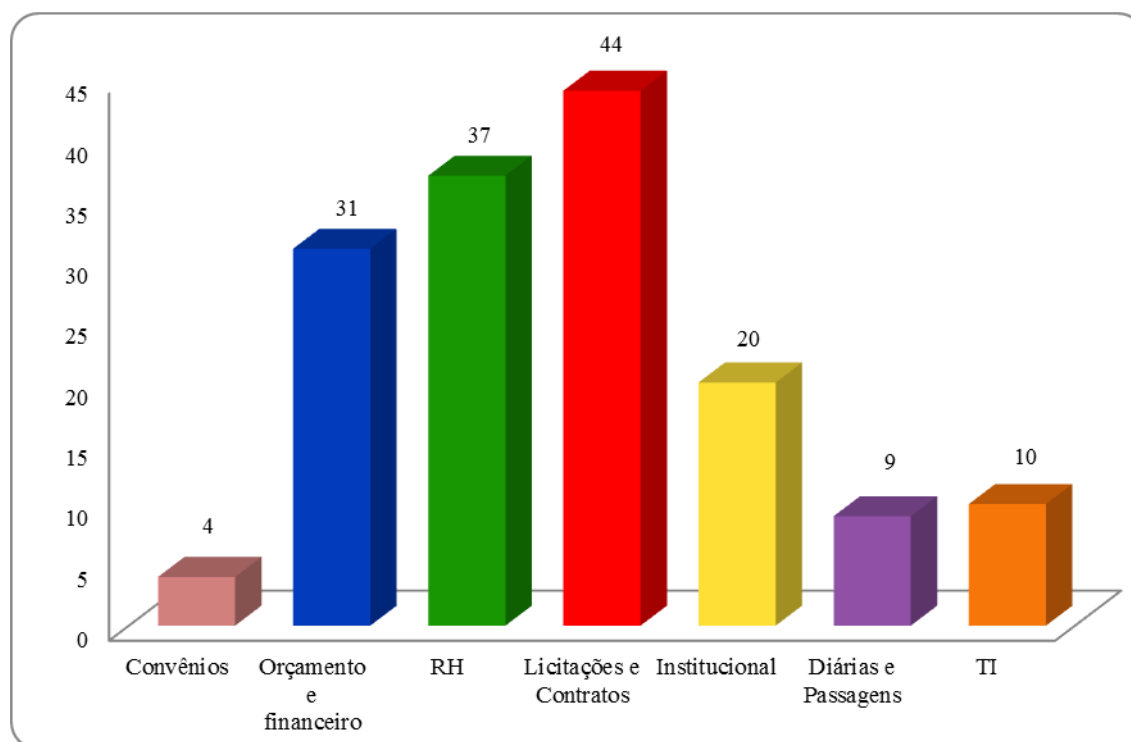
Em 2012, foram elaborados pareceres técnicos sobre diversos assuntos, a partir de consultas feitas pelas Unidades, conforme detalhamento a seguir:

DATA	PARCEER	ASSUNTO	DIVULGAÇÃO
05/04	001	Disponibilidade orçamentária para a aquisições.	FIOCRUZ
02/05	002	Concessão de diárias e passagens a colaborador proveniente do exterior.	FIOCRUZ
05/04	003	Afastamento do país.	DIREH
03/08	004	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT.	BIO
25/07 a 04/10	005 a 015	Pagamento de Exercícios Anteriores.	DIREH
05/10	016	Celebração de Termo de Parceria entre a Fiocruz e a OSCIP CRIA, excepcionando o chamamento público.	DIPLAN
08/10 a 11/10	017 a 021	Pagamento de Exercícios Anteriores.	DIREH
11/12	022	Aplicação do artigo 89 da Lei 8666/93.	DIRAC
18/12	023	Análise do POP relacionado a utilização de veículos oficiais.	AUDIN e DIRAC



2.12 – Divulgação de legislação – AUDIN COMUNICA

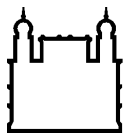
A Auditoria Interna divulgou, no âmbito da Fiocruz, através de leitura diária do Diário Oficial da União, na Internet, 155 legislações que trataram de assuntos pertinentes ao trabalho dos administradores e gestores da Instituição, conforme discriminados no Anexo I deste RAIANT. O gráfico abaixo demonstra a divulgação pelos diversos assuntos de interesse da gestão.



2.13 – Divulgação de Acórdãos do TCU

Durante o exercício de 2012, divulgamos, através de memorandos, inclusive circulares, as determinações do Tribunal de Contas da União direcionadas à Fiocruz por intermédio de Acórdãos, conforme tabela abaixo, solicitando que os gestores atentassem para as determinações e/ou orientações e promovessem ampla divulgação dentro de cada Unidade.

DATA	ASSUNTO
08/03	Acórdão TCU 518/2012 – Pregão Eletrônico nº 096/2011 – DIRAC.
07/05	Acórdão TCU 1616/2012 – TCE: Irregularidades no IFF, FIOPREV, FIOTEC e outros.
30/05	Acórdão TCU 2379/2012 – Cadastros SISAC.
18/07	Acórdão TCU 1575/2012 – Pregão Eletrônico 36/2012 – Biomanguinhos.
26/09	Acórdão TCU 5540/2012 – Representação com Pedido Cautelar contra o Pregão Eletrônico 148/12 – Bio-Manguinhos.
09/10	Acórdão TCU 2081/2012 - Substituição de terceirizados irregulares nos Relatórios de Gestões Anuais.
06/12	Acórdão TCU 6910/2012 – Contrato 22/2009 - Espaço Consultoria de Recursos Humanos Ltda.
28/12	Acórdão TCU 6899/2012 – Pregão Eletrônico nº 057/2012 – ENSP.



Também foram encaminhados a DIREH memorandos contendo as determinações acerca de 06 atos de concessão de pensão civil, 09 atos de aposentadoria e 12 atos de admissão para ciência e cumprimento dos procedimentos determinados pela Corte de Contas.

3 – CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

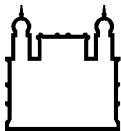
Objetivo: responder as diligências/determinações dos órgãos de controle interno e externo encaminhadas a FioCruz.

Metodologia: abrir processo, quando for o caso; encaminhar as solicitações às Unidades responsáveis; receber as respostas e consolidá-las; realizar consultas e pesquisas sobre a matéria; elaborar documento ao órgão de controle solicitante; providenciar o envio; arquivar todo o histórico do assunto.

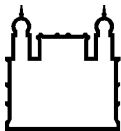
3.1 - Recomendações da Controladoria Geral da União/RJ

As recomendações e providências adotadas relacionadas ao Relatório de Auditoria de Avaliação Anual de Contas 2011 constam do Plano de Providências encaminhado a CGU/RJ, através do Ofício AUDIN nº 044/2012.

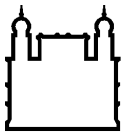
ITEM/RECOMENDAÇÃO	AVALIAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO
Ofício nº 32.721/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 01/11/2011 (Proc. 25380.003822/11-15)	
Adotar procedimentos para devolução dos recursos mencionados nos itens 2.1.1.1.4, 2.1.1.1.5 e 3.1.1.2 do Relatório de Demandas Especiais, tendo em vista as falhas que ensejaram prejuízos ao erário; adotar medidas para impedir as ocorrências de mesma natureza das encontradas nos itens 2.1.1.1.1, 2.1.1.1.2, 2.1.1.1.3 e 3.1.1, comunicando a CGU-PR no prazo de 30 dias o resultado das ações desenvolvidas no âmbito da FIOCRUZ.	Não Atendido – A DIRAD e DIRAC apresentaram Ofícios encaminhados à conveniada solicitando a devolução dos valores.
Ofício nº 25800/CORAS/CRG/CGU-PR, de 03/09/2012 (Proc. 25380.001676/12-66)	
Informar sobre licitações, contratos e convênios realizados pela FIOCRUZ com a empresa Vitapan com o envio de cópia digitalizada dos processos, no prazo de 60 dias.	Atendido – Foram identificados pela Audin, no SIAFI, em 14/09/12, pagamentos efetuados a empresa, sendo solicitado às Unidades (DIRAD e Farmanguinhos) cópia digitalizada dos referidos processos sendo recebido nessa Audin os Memos nº 566/12-DIRAD e nº 220/12-DIR/FAR. O envio dos processos digitalizados à CGU-PR ocorreu através do Ofício AUDIN nº 052/12.
Ofício nº 31525/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 23/10/2012 (Proc. 25380.001676/12-66)	
Disponibilizar no sítio eletrônico da FioCruz as peças integrantes da Prestação de Contas/ 2011.	Atendido - Em, 08/11/12, foi providenciada junto ao ICICT a divulgação link enviado pela CGU.
Ofício nº 002/CPAD/CRG/CGU-PR, de 31/10/2012 (Proc. 25380.001676/12-66)	
Encaminhar os documentos relacionados a Concorrência Pública Internacional nº 004/01 (Aquisição do Indinavir); Informar sobre todos os procedimentos de contratações da empresa HETERO INTERNACIONAL levados a efeito entre os anos de 1999 a 2002, enviar cópia dos processos nº 25387.000812/99-39, 001424/00-33, 000486/01-19, 000509/01-85, 000509/01-85-A, 000079/04-44 e 000634/04-38.	Atendido – Através do Ofício nº 52/12-VPGDI, a FIOCRUZ encaminhou à CPAD/CGU a documentação solicitada, sendo que a complementou posteriormente pelo Ofício nº 58/12-VPGDI.



ITEM/RECOMENDAÇÃO	AVALIAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO
Relatório de Auditoria CGU nº: 201203694	
<p>1.1.2.1. Ausência de metodologia unificada no desenvolvimento de sistemas e de servidores aptos a promover sua manutenção em casos de ruptura contratual com terceirizados.</p>	<p>Em andamento – Através do Memo nº 152/12 de 01/10/12 a DIREH apresentou o formulário do PPP/2011 devidamente preenchido informando que até 31/03/2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidará relatório técnico com projeção quantitativa e qualitativa das competências necessárias na área de tecnologia da informação na FIOCRUZ para aos próximos quatro anos; • Apresentará ao Ministério do Planejamento juntamente com ofício que solicitará autorização para realização de concurso público para as demais áreas e; • Em caso de autorização para realização de concurso em 2013, em função de solicitação já encaminhada pela FIOCRUZ em 2012, priorizará vagas para áreas de atuação e perfis na área de gestão de tecnologia da informação. <p>Através do Ofício nº 36.409/2012/NAC2/CGU foi encaminhada a Nota Técnica nº 2638/2012/NAC2/CGU considerando a prorrogação do atendimento até 31/03/2013.</p>
<p>4.1.1.1. Descumprimento, pela Fiocruz, dos prazos previstos no artigo 7º da IN/TCU n.º 55/2007.</p>	<p>Atendido. A DIREH informou que já existe fluxo processual estabelecido para os atos de admissão, concessão de aposentadoria e pensão nas atividades de rotina e em consonância com os prazos previstos na norma do TCU. As inconsistências apontadas ocorreram por falha de controle do fluxo à época, que foi oportunamente corrigida e os atos foram reenviados e sanados.</p>
<p>5.1.3.1. Realização de despesa sem prévio empenho, no montante de R\$ 51,9 mil, contrariando o artigo 60 da Lei n.º 4.320/1964 e determinação do Tribunal de Contas da União.</p>	<p>Parcialmente atendido. Em 27/09/12 o ICICT informou que as atividades de ensino serão adequadas em consonância com a estrutura disponível atualmente e será verificada a possibilidade de contratação de um serviço de apoio ao ensino da unidade a fim de atender de forma acessória as atividades acadêmicas do ICICT.</p> <p>A ENSP definiu um fluxo de ação baseado nas orientações normativas 03 e 04/2007-DIREH, tomando as seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de reunião com as áreas envolvidas na contratação de serviços a fim de padronizar procedimentos; • Todos os procedimentos administrativos de contratação de serviços diretos (Hora aula) serão divulgados no Portal da Unidade, para chamada aberta de possíveis candidatas; • Os pedidos de hora aula passarão a ser aprovados pelas vices direções responsáveis pelo curso e incluídos os programas das disciplinas; • A Vice-Direção, com base na proposta apresentada e discutida pelos gerentes das áreas administrativas expediu 03 instruções normativas internas, disciplinando o fluxo de ações que devem ser cumpridas pelos requisitantes e pelas áreas administrativas.



ITEM/RECOMENDAÇÃO	AVALIAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO
<p>5.1.4.2. Realização de contratos com características de convênio, com a fundação de apoio (Fiotec) por meio de dispensas de licitação e fundamentação no inciso XIII do art. 24 da Lei n.º 8.666/1993, sem caracterização de atividades de desenvolvimento institucional, com subcontratação de empresas, em detrimento à realização de certames licitatórios.</p>	<p>Não atendido. O IFF informou:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Que dará ciência do Relatório de Auditoria da CGU a todos os Departamentos e Setores; • Utilização do checklist disponibilizado pela AUDiN referente a contratação e fiscalização de contratos celebrados com a FIOTEC. O checklist será adotado pela unidade até a divulgação do manual de gestão de contratos de prestação de serviços da FIOCRUZ; • Emissão do memorando informando a todos os departamentos e setores que o IFF somente celebrará contratos com a FIOTEC nos casos em que as atividades, projetos e programas estejam em consonância com a missão institucional e com o plano plurianual de ação da FIOCRUZ e cuja capacidade técnica para realização do serviço seja da própria da contratada. Assim como, não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão. <p>Bio-Manguinhos, através do Memo nº 59/NUCAP de 28/09/12, apresentou sua discordância em relação a recomendação contida no apontamento.</p> <p>Através do Ofício nº 36.409/2012/NAC2/CGU foi encaminhada a FIOCRUZ a Nota Técnica nº 2638/2012/NAC2/CGU que reiterou a recomendação por recusa não aceita.</p>
Relatório de Auditoria CGU nº 201204191 – Rufolo Serviços Técnicos e Construções Ltda	
<p>1.1.1.1. Favorecimento para a empresa Rufolo mediante direcionamento de licitações ocasionado por pesquisas de preços incompletas e viciadas, inabilitações indevidas, critérios de julgamento díspares em recursos análogos de processos licitatórios e prorrogações sucessivas de contrato sem demonstração da vantajosidade para Administração e com ciência de advertências à empresa em outros contratos no SICAF</p>	<p>Não atendido. Em 18/01/2013, foi publicado no DOU a Portaria CGU nº 114 que determina a instauração de processo administrativo em face da pessoa jurídica Rufolo Empresa de Serviços Técnicos e Construções Ltda para a apuração de atos ilícitos supostamente por ela praticados no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz.</p> <p>Através do Memorando nº 238-DIRAC, de 24/01/2013, a DIRAC informou que encontra dificuldades para realizar ampla pesquisa de preço em determinados certames, no entanto se compromete a realizar uma prévia pesquisa bem como consultar no mínimo 03 (três) fornecedores para formação de preços.</p>
<p>1.1.2.1 – Contratação de empresa tendo como objeto exclusivo o fornecimento de mão de obra da área de manutenção predial, bem como a inclusão indevida de empregados da contratada em serviços de mecânica de automóveis e ausência de planejamento no dimensionamento dos postos de trabalho.</p>	<p>Atendido. A DIRAC informou que já foi realizado certame próprio conforme recomendação (Pregão nº 039/2012-DIRAC), originando o Contrato nº 029/2012 firmado com a empresa AUTO MECÂNICA VANILDA CAR, assinado em Julho/12 pelo período de 12 meses.</p>
<p>1.2.1.1 – Inserção de disposição manifestante ilegal no Projeto Básico integrante do edital de pregão nº 037/2006 e do contrato nº 029/2006, em prejuízo da FIOCRUZ, consistindo na previsão de que a FIOCRUZ assumiria os custos pelos afastamentos legais da mão-de-obra titular, tais como: auxílio-doença, licença-paternidade, faltas legais, acidentes de trabalho e aviso prévio.</p>	<p>Não atendido. A DIRAC informou que tem buscado incessantemente adequar seus procedimentos internos de modo a alcançar a melhoria de seus projetos básicos.</p>

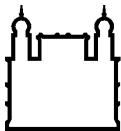


ITEM/RECOMENDAÇÃO	AVALIAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO
1.2.2.1 - Pagamento indevido de adicional de insalubridade no valor de R\$ 1.013.129,00 no período de março de 2009 a março de 2011 sem laudos técnicos e sem autorização competente.	Não atendido. A DIRAC encaminhou cópia dos documentos que dão amparo legal às despesas de pagamento do período de 2011 e 2012. Sobre o período de 2009 e 2010 a DIRAC está diligenciando junto à empresa a apresentação dos referidos documentos. Foi informado, também, que os pagamentos referentes aos aditivos foram feitos com base em documentos que comprovam a legalidade do pagamento, cabendo salientar que a documentação foi apresentada pela empresa contratada, à época, já que cabia a ela a responsabilidade de apresentar os laudos. A DIRAC ainda afirma que quanto à apuração de responsabilidade, uma vez demonstrada a legalidade dos pagamentos, não há necessidade de tal apuração já que os pagamentos foram baseados em documentos apresentados por profissionais habilitados. Não foi descartada a apuração de responsabilidade, caso configure-se os pagamentos indevidos.
1.2.3.1 - Pagamento de adicional de qualificação profissional sem a comprovação do requisito exigido na cláusula 29 da respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.	Atendido. A DIRAC encaminhou cópias que justificam o pagamento do adicional de qualificação, conforme requerido.
1.2.4.1 - Falhas na fiscalização da execução dos Contratos nºs 136/2011 e 029/2006.	Atendido. A DIRAC informou que o contrato nº 136/2011 foi rescindido unilateralmente por aquela Direção em 10/10/12 por descumprimento de uma série de obrigações contratuais. A empresa seguinte na ordem de classificação assumiu o contrato não causando interrupção no serviço.
1.2.4.2 - Falhas no instrumento gerencial de controle de execução dos serviços da FIOCRUZ.	Em andamento. A DIRAC informou que o sistema tem passado por melhorias e em breve terão um Sistema de Gerenciamento de Serviços que possa refletir a situação real dos serviços.

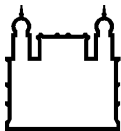
3.2 - Determinações do Tribunal de Contas da União

Em 2012 recebemos diversas diligências do TCU, conforme detalhamento a seguir:

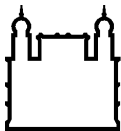
ITEM/RECOMENDAÇÃO	AVALIAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO
Acórdão nº 690/12 – 1ª Câmara – TC 018.851/11-8, de 14/02/2012 (Proc. 25380.000343/12-10)	
Realizar pesquisa de mercado nas próximas adesões a ata de registro de preço de pregão de outra unidade hospitalar, a fim de fundamentar corretamente a adesão (item 2.1 do Relatório de Auditoria do TCU).	Atendido – O Acórdão foi divulgado ao IFF pelo Memo AUDIN nº 123/12, com vistas ao atendimento nos futuros registros de preços.
Acórdão nº 1561/12 – 1ª Câmara – TC 005.997/12-7, de 03/04/2012 (Proc. 25380.000343/12-10)	
Cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 dias, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas pelo TCU ou preenchendo o campo de ESCLARECIMENTOS DO GESTOR DE PESSOAL, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal.	Atendido – Através do Memo DIREH nº 107/12, foram encaminhadas as informações prestadas pelo Serviço de Cadastro de Ativos daquela Diretoria, que foi encaminhada ao TCU através do Ofício AUDIN nº 025/12.



ITEM/RECOMENDAÇÃO	AValiaÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO
Acórdão nº 1616/12 – 1ª Câmara – TC 007.085/06-9, de 03/04/2012 (Proc. 25380.000343/12-10)	
9.9.1. Abster de prorrogar os contratos e convênios firmados com a FIOTEC, celebrando ao término de suas vigências instrumentos que obedeçam ao que dispõem as Leis nºs. 8.666/93 e 8.958/94, o Decreto nº 6.170/07, a Portaria Interministerial nº 127/08 e a IN STN nº 1/97.	Parcialmente Atendido – Os contratos e convênios firmados com a FIOTEC estão sendo firmados de acordo com a legislação citada no Acórdão porém está sendo elaborado um normativo para orientar a contratação de fundações de apoio na Fiocruz.
9.9.2. encaminhar ao TCU, no prazo de 60 dias, plano de ação contendo o cronograma para a adoção das medidas necessárias à implementação das determinações a seguir, com a indicação dos respectivos responsáveis.	Atendido – O Plano de Ação foi encaminhado ao TCU em 30/07/2012 através do Ofício 228/2012-PR.
9.9.2.1. instituir, no prazo de 180 dias, rotina de avaliação das prestações de contas referentes a contratos ou convênios executados pela FIOTEC, a ser realizada por setor ou unidade autônoma (ou seja, não vinculada a nenhum projeto), fazendo constar do processo de prestação de contas final declaração expressa sobre a boa e regular aplicação dos recursos transferidos, arrecadados ou geridos pela fundação nos termos do art. 31, § 3º, da IN STN nº 1/97;	Parcialmente Atendido – Foi feita divulgação ampla pelo Memo Circular AUDIN nº 007/12, para a adoção imediata de providências por parte das Unidades de modo a evitar a reincidência das impropriedades. Foi dado conhecimento a DIRAD do Plano de Ação enviado ao TCU, solicitando observar os períodos de implementação de cada ação de sua responsabilidade. Foi objeto de divulgação ampla na Instituição o check list preparado pela Audin para orientação dos gestores em novos processos que envolvam a contratação da Fundação de Apoio, até a publicação de manual específico, objeto de grupo de trabalho indicado pela VPGDI para esse fim.
9.9.2.2. implantar, no prazo de 90 dias, mecanismos efetivos de fiscalização dos projetos desenvolvidos com a participação das fundações de apoio, para permitir o pleno conhecimento dos projetos realizados, a comprovação da fiel execução dos objetos pactuados e a correta execução financeira dos ajustes firmados.	
9.9.2.3. implementar, no prazo de 60 dias, controle eficaz dos servidores que participam de projetos da FIOTEC, verificando o cumprimento dos mesmos da jornada de trabalho regular, assim como atentando para a necessária excepcionalidade dessa participação, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.958/94 e arts. 5º e 6º do Decreto nº 5.205/94.	Parcialmente Atendido - Foi feita divulgação ampla pelo Memo Circular AUDIN nº 007/12, para a adoção imediata de providências por parte das Unidades de modo a evitar a reincidência das impropriedades. Através do Memo AUDIN nº 293/12, foi solicitado a DIREH o atendimento a determinação contida no item 9.9.2.3 do acórdão em questão, e das ações deliberadas em reunião do Conselho Deliberativo acerca dos assuntos contidos no Plano de Ação.
9.9.2.4. adotar, no prazo de 60 dias, controles efetivos com relação à execução dos contratos de prestação de serviço de locação de veículos com motorista, de modo a registrar adequadamente, para cada solicitação, o servidor solicitante, horário, trajeto e motivação; acompanhar os dispêndios e faturas; e instaurar, sempre que necessário, sindicância para apurar o uso indevido de veículos oficiais, conforme preceituado no item 15.1 da IN/MARE nº 9/94.	Parcialmente Atendido - Foi feita divulgação pelo Memo Circular AUDIN nº 007/12, para a adoção de providências por parte das Unidades de modo a evitar a reincidência das impropriedades. Através do Memo AUDIN nº 292/12, foi solicitado a DIRAC o atendimento a determinação contida no item 9.9.2.4 e das ações deliberadas em reunião do Conselho Deliberativo acerca dos assuntos contidos no Plano de Ação. A Dirac apresentou um Procedimento Operacional Padrão – POP sobre Utilização de Veículos Oficiais que foi analisado por esta AUDIN, objeto do Parecer 023/2012-AUDIN, cuja conclusão é pela reavaliação do citado instrumento transformando-o em manual após contemplar todas as situações apontadas no citado Parecer.



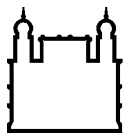
ITEM/RECOMENDAÇÃO	AValiação sobre o Atendimento
Acórdão nº 2513/12 – 1ª Câmara – TC 006.786/12-0, de 08/05/2012 (Proc. 25380.000343/12-10)	
Determinar à FIOCRUZ que providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé, dando ciência ao beneficiário,	Atendido - Foi encaminhada a DIREH cópia do referido Acórdão para conhecimento e providências. Através do Memo nº 142/12, a DIREH informou sobre a exclusão do benefício na folha de Junho/12 e sobre o comunicado que foi feito ao responsável legal do beneficiário excluído, anexando os referidos comprovantes, encaminhados ao TCU/SeFip através do Ofício AUDIN nº 030/12.
Acórdão nº 2379/12 – 1ª Câmara – TC 010.970/12-6, de 08/05/2012 (Proc. 25380.000343/12-10)	
Considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de Heloísa Silva do Nascimento e outros, determinando o cadastramento de novos atos no sistema SISAC, no prazo máximo de 60 dias, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas pelo TCU ou preenchendo o campo de ESCLARECIMENTOS DO GESTOR DE PESSOAL, detalhando a situação concreta, caso as falhas apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal	Atendido - Foi encaminhado o referido acórdão a DIREH, para providências. A DIREH encaminhou, através do Memo nº 192/12-DIREH as informações e documentos inerentes ao assunto, que foram encaminhadas a Secretaria de Fiscalização de Pessoal/TCU pelo Ofício AUDIN nº 036/12.
Acórdão nº 2584/12 – 1ª Câmara – TC 012.353/11-6, de 15/05/2012 (Proc. 25380.000343/12-10)	
Considerar prejudicado por inépcia o ato de concessão de aposentadoria de Ivanildo de Melo Barbosa, determinando ao órgão de origem que emita novo ato de concessão do servidor, no prazo de 30 dias, informando as funções comissionadas exercidas pelo interessado.	Atendido - As informações apresentadas pela Direh, contidas no Memo nº 082/12-DIREH, foram encaminhadas ao TCU através do Ofício AUDIN nº 038/12.
Acórdão nº 4432/12 – 1ª Câmara – TC 015.216/12-8, de 31/07/2012 (Proc. 25380.000343/12-10)	
- No prazo de 15 dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé; - Dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos beneficiários, -.	Atendido - A informação contida no Memorando nº 337/2012/ASS/DIR/DIREH, de 07/11/12, foi encaminhada a SEFIP/TCU, através do Ofício nº 043/12 - VPGDI, de 09/11/12.
Acórdão nº 4618/12 – 1ª Câmara – TC 012.973/12-2, de 07/08/2012 (Proc. 25380.000343/12-10)	
Considerar ilegais as pensões civis instituídas em favor de Maria Angelita da Silva e Suely Cristina da Silva Gomes, negando seu registro; - Providenciar no prazo de 15 dias, contados da ciência deste Acórdão, a suspensão dos pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé; - Dar ciência do inteiro teor desta deliberação às beneficiários,	Parcialmente Atendido - Foi cumprida a determinação de suspender os pagamentos de ambas as concessões.



ITEM/RECOMENDAÇÃO	AVALIAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO
Acórdão nº 6910/12 – 2ª Câmara – TC 017.232/2010-4, de 18/09/2012 (Proc. 25380.000343/12-10)	
Adotar no prazo de 30 dias a medida prevista no item 9.2 do Acórdão nº 6910/2012-2ª Câmara (Caso a Fiocruz opte por prorrogar o Contrato 022/2009-Dirac, remeter ao TCU, por intermédio da Secex/RJ, no prazo de 30 dias contados da formalização da referida prorrogação, cópia da devida fundamentação acompanhada de pesquisa de preço de mercado, em consonância com o disposto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993).	Atendido - Pelo Ofício nº 004/2013-VPPLR/PR, a FIOCRUZ prestou esclarecimentos relativos ao Pregão Eletrônico nº 06/2010-DIRAC e à decisão pela continuidade do Contrato nº 22/2009, cujos fundamentos técnicos são apresentados no Memorando DIRAC nº 236/2012.
Acórdão nº 5935/12 – 1ª Câmara – TC 012.178/2011-0, de 08/10/2012 (Proc. 25380.000343/12-10)	
Considerar ilegal e negar registro ao ato inicial de aposentadoria de Reinaldo Gonçalves da Rocha (552.469.317-49); Dispensar o recolhimento das parcelas indevidamente percebidas, de boa-fé, pelos interessados, Determinar à Fundação Oswaldo Cruz, que faça cessar,, o pagamento decorrente do ato impugnado, e Que dê ciência ao interessado,	Atendido - Através do Ofício nº 051/2012-AUDIN foi encaminhado a SEFIP/TCU o Memo nº 0332/2012/ASS/DIR/DIREH e todos os seus anexos. Em 06/11/12, foi publicada no DOU nº 214 - Seção 2 a Portaria nº 1363/2012-DIREH cancelando a aposentadoria do servidor em questão.
Acórdão nº 6899/12 – 1ª Câmara – TC 042.171/2012-1, de 13/11/2012 (Proc. 25380.000343/12-10)	
Conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, dando ciência à Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz sobre impropriedade "exigência de declaração do fabricante específica para o edital, autorizando a empresa licitante a comercializar e prestar os serviços de garantia exigidos (carta de solidariedade), identificada no edital do pregão eletrônico 57/2012, o que afronta o disposto no Acórdão 2.174/2011-TCU-Plenário, e determinar o apensamento definitivo do presente processo ao TC 027.257/2012-6".	Atendido - Foi divulgada a determinação a todas as Unidades da Fiocruz, com objetivo de orientá-las para evitar reincidência desse tipo de apontamento.
Acórdão nº 9269/12 – 2ª Câmara – TC 025.306/2010-3, de 10/12/2012 (Proc. 25380.000343/12-10)	
Considerar prejudicado, por perda de objeto decorrente da exclusão de beneficiários, o exame dos atos de pensões instituídas por Edson Ribeiro Gomes e Luiz Antonio Chilelli Mercadante em favor de Gllauco Chilelli Mercadante, e legais, para fins de registro, os atos de pensão civil instituídas por Luiz Antonio Chilelli Mercadante e Mario Duarte.	Atendido - O Através do Ofício nº 01/2013-VPGDI, a FIOCRUZ encaminhou a SEFIP o Memorando DIREH nº 03/2013, contendo as providências adotadas por aquela Diretoria.

3.3 - Recomendações de outros órgãos

RECOMENDAÇÃO	AVALIAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO
Aviso MS nº 788/2012, de 21/03/2012 (Proc. 25380.000781/2012-88)	
Verificar a existência de contratos atuais ou pretéritos com as empresas PADRE DA POSSE RESTAURANTE (BELLA VISTA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS), LOCANTY SOLUÇÕES E QUALIDADE, RUFOLLO SERVIÇOS TÉCNICOS E CONSTRUÇÕES e TOESA SERVICE b), recomendo a instauração imediata de	Atendido - Foi realizada Auditoria Especial nos contratos com as empresas LOCANTY e RUFOLLO, visando confirmar regularidade na licitação e execução.cujo resultado(Relatório de Auditoria Especial nº 005/12) foi encaminhado a CGU-RJ através do Ofício AUDIN nº 027/12.



RECOMENDAÇÃO	AValiação sobre o Atendimento
auditoria para apreciação de eventuais irregularidades, caso sejam encontrados contratos atuais ou pretéritos com as empresas retrocitadas.	

3.4 – Diligências de outros Órgãos de Controle e Fiscalização

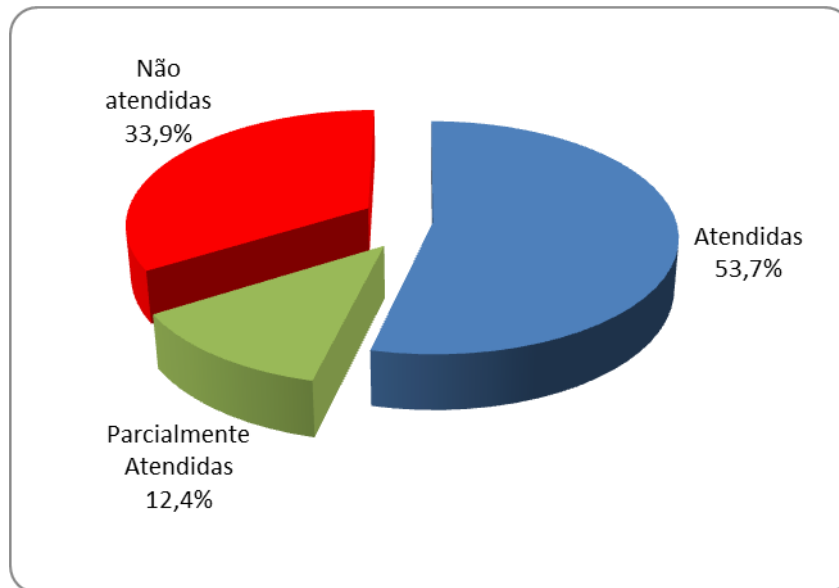
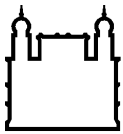
Ao longo do exercício de 2012, foram encaminhadas outras diligências sobre diversos assuntos que, por não demandarem recomendações, não estão inseridas nos itens anteriores. São encaminhamentos a FIOCRUZ em busca de informações sobre atos da gestão, cuja atuação da AUDIN é receber, avaliar o assunto para identificar a unidade ou o responsável a que se refere o questionamento, solicitar os esclarecimentos a quem deu causa dos fatos descritos, controlar o prazo de atendimento, avaliar as respostas e oficializá-las, mesmo no caso de serem assinadas pelo dirigente máximo.

Abaixo, segue o quadro demonstrando quantitativamente as diligências atendidas:

Órgãos de Controle/Fiscalização	Diligências
Controladoria Geral da União	05
Tribunal de Contas da União	38
Outros:	
- DELEFAZ	01
- Assessoria Especial de Controle Interno/MS	08
- FINEP	01
- Ministério da Saúde	02
- Ministério Público Federal	02
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	01
- Procuradoria Federal - FIOCRUZ	07
- INSS	01
- Procuradoria da República de Montes Claros/MG	01
- Ouvidoria Fiocruz	01
Total	68

4 - RECOMENDAÇÕES DA PRÓPRIA AUDIN

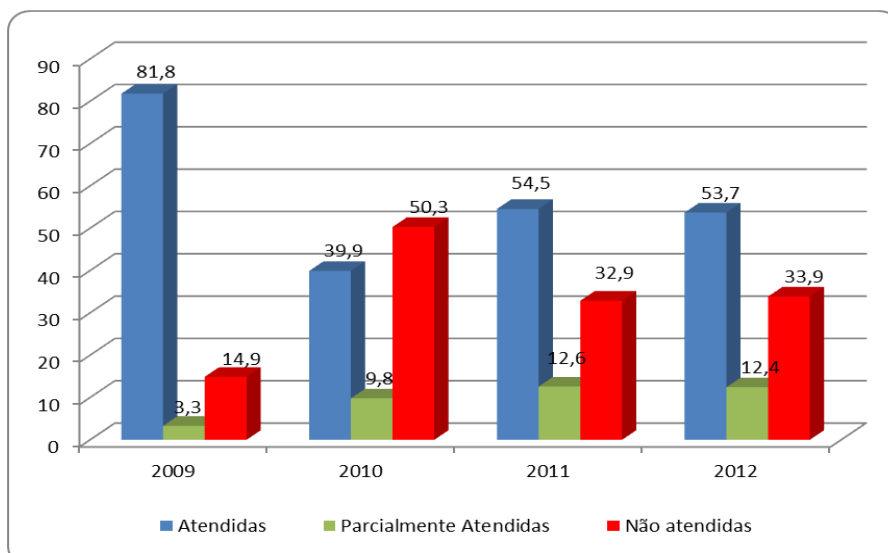
Elaboramos uma síntese das recomendações da Auditoria Interna em 2012, extraídas dos relatórios de auditoria de conformidade, especial e RH, conforme Anexo II, divididas em 03 grupos: **atendidas (203)**, **parcialmente atendidas (47)** e **não atendidas (128)**.

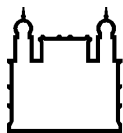


Registramos que dentre as 378 recomendações existem 45 que serão objeto de trabalho de monitoramento pela AGI em 2013 e estão distribuídas no quantitativo de Atendidas, Não atendidas e Parcialmente atendidas e o Anexo II contempla as recomendações de maior relevância.

Não estão inseridas no gráfico acima as recomendações do trabalho de auditoria no Instituto de Seguridade Social Oswaldo Cruz – FIOPREV, que ainda está em curso, cujo término está previsto para março/2013. Analisando os dados acima, registramos que a Auditoria Interna elaborou 14 relatórios, resultado das auditorias de conformidade, especial e RH, nos quais foram registradas 378 recomendações.

Com o objetivo de apresentar o resultado dos trabalhos de auditoria em relação às respostas apresentadas pelos gestores das áreas auditadas, elaboramos o gráfico abaixo, a título de demonstração da evolução do tratamento das recomendações, nos últimos quatro anos:





5 – PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ENTIDADE

O estatuto da Fiocruz define como órgãos colegiados: o Conselho Superior, o Congresso Interno e o Conselho Deliberativo que, pelas suas competências, não se enquadram na linha de regulação ou de fiscalização.

O Conselho Deliberativo é composto pelo Presidente, Vice-Presidentes, Chefe de Gabinete, por um representante da Associação dos Servidores e pelos diretores das unidades técnico-científicas, técnicas de apoio e técnico-administrativas e, com base nas competências desse Conselho, definidas no Decreto 4.725/2003, detalhamos as principais decisões e recomendações emitidas no exercício de 2012:

a) Reunião ordinária do CD realizada nos dias 01 e 02 de março de 2012:

- Aprovação do Orçamento 2012, na qual foram considerados os cortes de 55 bilhões para o nível de governo, sendo 5,4 bilhões na área da saúde. Dessa forma, o valor total do proposta orçamentária Fiocruz 2012 foi de R\$ 1.414.614.380, sendo R\$ 1.216.189.770 referentes a LOA, sem Farmácia Popular, e R\$ 198.424.609 ao Fundo Fiocruz

- Aprovação de recurso orçamentário para o desenvolvimento de projeto arquitetônico que amplia a capacidade de pesquisa do Centro Gonçalo Moniz;

- Aprovação, pelo Conselho deliberativo Fiocruz, a partir de expediente favorável da Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, de nº 2.289.472, da operação de concessão de colaboração financeira não reembolsável, em favor da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – Fiotec, interveniente Fiocruz, no valor de R\$ 14.610.225,08 (quatorze milhões, seiscentos e dez mil, duzentos e vinte cinco reais e oito centavos), a ser provida com recursos do Funtec BNDES, para obtenção de financiamento para o projeto Microarranjos, que visa, por meio do aporte de conhecimentos técnicos e de capacitação tecnológica interna, o desenvolvimento de um kit multitest (multiplex) para detecção simultânea da infecção por agentes etiológicos da AIDS (HIV), Hepatites Virais (HBV e HCV), Sífilis (*T. pallidum*), Doença de Chagas (*T. cruzi*) e HTLV.

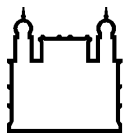
b) Reunião ordinária do CD realizada nos dias 05 e 06 de julho de 2012:

- Aprovação do Plano Diretor de Investimentos, com recursos distribuídos conforme planilha apresentada, no valor total de R\$ 107.745.326,00;

- Aprovação do Plano de Ação (PA), em cumprimento ao Acórdão TCU 1616/2012 - 1ª Câmara, que seguirá para o Tribunal de Contas da União, com a Criação de Grupo de Trabalho, no âmbito da Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional, para cumprimento das determinações apontadas no PA;

c) Reunião extraordinária do CD realizada no dia 30 de julho de 2012:

- Aprovação do documento base da plenária do VI Congresso, que foi elaborado pela Câmara Técnica Assessora e será apresentado à comunidade.



d) Reunião ordinária do CD realizada nos dias 02 e 03 de agosto de 2012:

- Aprovação da indicação de dois novos membros, Marília Santini (IPEC) e Jorge Mendonça (Farmanguinhos) para o quadro de Conselheiros da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – Fiotec, em razão da saída de Alejandro Hasslocher e Francisco Inácio.

- Aprovação do relatório final da primeira Plenária Extraordinária, ocorrida em maio, e do Documento de Referência para a próxima reunião da Câmara Técnica Assessora, o qual traz a minuta do projeto de lei de criação da Empresa Pública Biomanguinhos, com as salvaguardas e aspectos das melhorias incrementais, com destaque para os pontos relativos à discussão em curso sobre o Código Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação.

- Aprovação as datas do calendário da próxima eleição para presidente da Fiocruz, conforme estabelecido no Estatuto da Instituição.

e) Reuniões ordinárias realizadas pelo CD nos dias 13, 15, 16, 20, 23 e 24 de agosto de 2012:

- Decisão de realização de reuniões permanentes, de forma presencial para os diretores do Rio e por webconferência para as unidades das regionais, com o intuito de acompanhar a conjuntura decorrente da paralisação dos trabalhadores e a evolução das negociações em Brasília;

f) Reunião Ordinária realizada pelo CD em 31 de agosto de 2012:

- Aprovação dos nomes dos servidores que irão compor a Comissão Eleitoral para a eleição de presidente da Fiocruz, período 2013 – 2016.

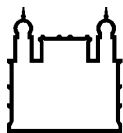
g) Reunião extraordinária realizada pelo CD em 18 de setembro de 2012:

- Aprovação, por unanimidade, do regimento eleitoral para a eleição do Presidente da Fiocruz, mandato 2013-2016;

- Preparação para a Plenária Extraordinária do VI Congresso Interno - Modelo de Gestão - Subsidiária Biomanguinhos, a ser realizada nos dias 19, 20 e 21 de setembro de 2012;

h) Reunião extraordinária realizada pelo CD em 16 de outubro de 2012:

- Análise dos currículos dos candidatos a Presidente da Fiocruz – 2013-2016 e homologação, por aclamação, das candidaturas de Paulo Gadelha e Tania Cremonini de Araújo-Jorge à presidente da Instituição. Em seguida, a Comissão colocou em sorteio a ordem dos nomes dos candidatos nos materiais relativos ao processo eleitoral, ficando o nome de Paulo Gadelha o primeiro a ser mostrado nas divulgações de comunicação, conforme regulamento eleitoral.



6 - DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA DA FIOCRUZ

A Ouvidoria recebeu as seguintes manifestações, a seguir demonstradas por natureza de comunicação, no exercício de 2012:

NATUREZA	MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	MANIFESTAÇÕES ATENDIDAS
Reclamação	656	644
Sugestão	111	111
Elogio	225	225
Denúncia	70	65
Outros	95	95
TOTAL	1157	1140

A Ouvidoria Geral da Fiocruz atende as demandas internas e externas referentes a todas as suas Unidades Técnico-Científicas, Técnico-Administrativas e de Apoio. Estas demandas (sugestões, elogios, reclamações ou denúncias) são devidamente repassadas aos diretores das unidades, que as direcionam aos setores responsáveis, para resposta, que é examinada e encaminhada pela Ouvidoria, ao demandante. Este tratamento difere nas denúncias relacionadas as farmácias populares que não são diretamente geridas pela Fiocruz, sendo reencaminhadas à Ouvidoria do SUS.

7 - DENÚNCIAS RECEBIDAS DIRETAMENTE PELAS UNIDADES DA FIOCRUZ

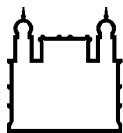
De acordo com as informações coletadas junto as Unidades da FIOCRUZ, Bio-Manguinhos, a Diretoria de Administração do Campus – DIRAC, o Instituto Fernandes Figueira – IFF e a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP informaram ter recebido denúncias diretamente na Unidade.

A denúncia enviada à Bio-Manguinhos, pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro – MPF/RJ, refere-se a possíveis irregularidades em licitações para fornecimento de produtos, insumos e serviços em Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Já a denúncia recebida pela DIRAC diz respeito a suposta prática de nepotismo executada por um servidor daquela Unidade.

O IFF recebeu 07 denúncias, conforme discriminado a seguir: 1) Informações acerca de supostas irregularidades no tratamento da fibrose cística; 2) Direcionamento do Pregão Eletrônico nº 029/2012; 3) Instauração de procedimento administrativo para apuração do despejo irregular de esgoto proveniente de unidades hospitalares no município do Rio de Janeiro; 4) Irregularidades na contratação da empresa Berkeley Equipamentos Médicos Ltda.; 5) Instauração de procedimento administrativo para apurar possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 16/2012; 6) Procedimento administrativo para prestação de informações acerca da escolha pelo comodato ao invés da compra de bombas infusoras; 7) Atendimento médico realizado entre os dias 16 e 21/11/12 à Sra. Adriana Batista Saturnino.

Em relação a denúncia recebida pela ENSP, trata-se de um caso de perturbação da tranquilidade a servidora do Centro de Referência Professor Hélio Fraga – CRPHF acarretada por um ex-paciente.



8 – OBRIGAÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO ÀS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A auditoria, no Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FIOPREV, em 2012, foi programada em duas etapas, conforme detalhamento contido no item 2.1 deste relatório, sendo que a primeira, já concluída, ocorreu no período de 17 a 21/12/2012, e a segunda ocorrerá no período de 07/01 a 08/03/2013. O planejamento de realização, em duas etapas, é decorrente da necessidade do Instituto concluir o encerramento do exercício, o qual somente pode ser efetuado após o mês de dezembro.

Esta auditoria passou a ser realizada no final de cada exercício, mesmo na condição da sua conclusão ocorrer no ano subsequente, para atender a orientações emanadas pelo TCU e CGU quanto à elaboração do relatório de gestão, o qual requer informações sobre a correta aplicação dos recursos repassados a entidades fechadas de previdência complementar, na qualidade de patrocinadora, e sua conformidade com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, mais especificamente acerca das ações de fiscalização empreendidas no exercício, em cumprimento ao artigo 25 da LC nº 108/2001, detalhando, entre outras informações, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades que tenham sido verificadas.

A reorganização cronológica destas ações passou a permitir, a partir de 2009, que fossem inseridas, no relatório de gestão, as informações decorrentes da auditoria relativa ao próprio exercício a que o mesmo se refere, diferentemente dos anos anteriores, em que as informações da AUDIN retratavam as ações relativas ao exercício anterior ao do Relatório de Gestão, embora em detrimento do atendimento ao RAIN.

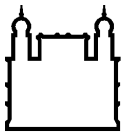
A auditoria de conformidade e contábil no FIOPREV tem como objetivo examinar a regularidade dos atos administrativos, analisar os registros dos atos e fatos em conformidade às práticas contábeis e a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Privada/EFPP, inclusive quanto ao enquadramento legal dos investimentos, e será concluída com a emissão de relatório específico, que será enviado à CGU/RJ, logo após a aprovação do dirigente máximo da patrocinadora.

9 - RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA FIOCRUZ, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS PELA AUDIN

9.1 - Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e LDO

As metas contidas no PPA são detalhadas, por ocasião do preenchimento do Plano Anual, no âmbito do Sistema de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE, quando cada Unidade da Fiocruz define as metas de produção correspondentes aos seus projetos/processos, atrelados a um objetivo Institucional, que, por sua vez, está vinculado a uma Ação do PPA. Essas metas são sistematizadas e consolidadas, passando a compor o quadro de metas físicas das Ações/Iniciativas (Programas) do PPA-Fiocruz, cujo grau de realização é a base da avaliação dos resultados institucionais, medidos por indicadores de eficácia desenvolvidos a partir de 2006, cujo processo está em constante melhoria.

Embora a execução final de todas as metas contidas no PPA seja avaliada pela Diretoria de Planejamento, por ocasião da elaboração do relatório de gestão, a



Auditoria Interna realiza a análise do cumprimento das metas físicas contidas somente nas ações/programas que estão a cargo das Unidades contidas no PAINT/2012, refletindo apenas a situação da execução física naquele período em que a ação de auditoria é realizada, conforme descrito a seguir:

a) Unidade: Instituto Carlos Chagas – ICC

Programa: 1201 - Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde

Ação: 8315 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde

Objetivo: Gerar conhecimento científico nas áreas das ciências biológicas aplicadas à saúde; das ciências humanas e sociais aplicadas à saúde, da pesquisa clínica, da pesquisa epidemiológica e da avaliação de tecnologias em saúde, a fim de assegurar a melhoria contínua das condições de saúde da população, e desenvolver novos fármacos, medicamentos, imunobiológicos e kits para diagnóstico e otimizar métodos e processos de saúde pública, visando à ampliação do acesso da população às tecnologia de saúde e à melhoria dos serviços prestados pelo SUS.

Metas Previstas: aquisição de matéria prima, insumos nacionais e importados, equipamentos, contratos de manutenção de infraestrutura, contratos de assistência técnica e adequação de recursos humanos, investigações de campo, entre outros.

Resultados alcançados: não foi analisado

Avaliação crítica: Não houve.

Fatos que prejudicaram o desempenho e providências: Não houve.

b) Unidade: Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – BIO-MANGUINHOS

Programas: 1444 (Exercício de 2011) e 2015 (Exercício de 2012) – Vigilância Prevenção e Controle de doenças e Agravos e Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Ação: 6031 – Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças

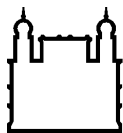
Objetivo: Suprir a Rede Pública com imunobiológicos em quantidade e qualidade que atendam à demanda da população para que se atinjam as metas de controle e prevenção das doenças imunopreveníveis.

Metas Previstas: Produção e aquisição, armazenamento, acondicionamento, distribuição e transporte de vacinas e soros para estados e municípios visando a vacinação da população, bem como apoio à central nacional de armazenamento e distribuição de insumos. Adequação da Rede de Frio por meio da aquisição de equipamentos, construção, reforma e ampliação das centrais estaduais, regionais e municipais.

Resultados alcançados: A unidade atingiu 46,03% do total das metas previstas, até agosto de 2012.

Avaliação crítica: Não cabe.

Fatos que prejudicaram o desempenho e providências: Não houve.



c) Diretoria de Administração do Campus – DIRAC

Programa: 2000 – Administração da Unidade

Ação: Substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

Objetivo: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Metas Previstas: Não analisadas, em razão do programa selecionado ser de cunho administrativo.

Resultados alcançados: não foi analisado

Avaliação crítica: Não cabe.

Fatos que prejudicaram o desempenho e providências: Não houve.

d) Unidade: Centro de Referência Hélio Fraga/ENSP

Programa: 8327 – Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças

Objetivo: Prestar serviços de referência no contexto do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, realizando análises de confirmação diagnóstica de doenças prevalentes, emergentes e re-emergentes.

Metas Previstas: Planejamento, execução, gerência e avaliação dos procedimentos laboratoriais de referência em âmbito internacional, nacional, regional ou local, incluindo a realização de exames laboratoriais confirmatórios ou de alta complexidade e a normalização de procedimentos em diversas unidades da Fiocruz, incluindo, entre outros, IOC, IPEC e Centros Regionais.

Resultados alcançados: Foi verificado, de forma geral, que a Unidade alcançou as metas estipuladas para seus indicadores, superando a meta prevista em dois deles.

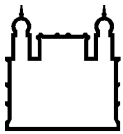
Avaliação crítica: Não cabe

Fatos que prejudicaram o desempenho e providências: Não houve.

Programa: 8315 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde

Objetivo: Gerar conhecimento científico nas áreas das ciências biológicas aplicadas à saúde; das ciências humanas e sociais aplicadas à saúde, da pesquisa clínica, da pesquisa epidemiológica e da avaliação de tecnologias em saúde, a fim de assegurar a melhoria contínua das condições de saúde da população, e desenvolver novos fármacos medicamentos, imunobiológicos e kits para diagnóstico e otimizar métodos e processos de saúde pública, visando à ampliação do acesso da população às tecnologia de saúde e à melhoria dos serviços prestados pelo SUS.

Metas Previstas: Realização de projetos de pesquisa nas áreas das ciências biológicas e das ciências humanas e sociais aplicadas à saúde, da pesquisa clínica, da pesquisa epidemiológica, da avaliação tecnológica em saúde, e de projetos voltados para o desenvolvimento de insumos (fármacos, medicamentos, imunobiológicos, kits para diagnóstico) e métodos (clínicos, epidemiológicos, diagnósticos, de vigilância sanitária, de educação em saúde, de planejamento e gestão e de formulação de políticas) que contribuam para a ampliação do acesso da população às tecnologias em saúde e para a melhoria dos serviços prestados pelo SUS. O desenvolvimento de



tais projetos exige a aquisição de insumos nacionais e importados, a manutenção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das pesquisas tecnológicas (equipamentos e instalações), bem como a contratação de serviços de terceiros e de consultoria.

Resultados alcançados: Foi verificado, de forma geral, que a Unidade alcançou as metas estipuladas para seus indicadores, superando a meta prevista em dois deles.

Avaliação crítica: Não cabe

Fatos que prejudicaram o desempenho e providências: Não houve.

9.2 – Avaliação dos indicadores de desempenho utilizados pela entidade.

O grau de realização das metas programadas para cada Ação / Programa do PPA-Fiocruz pelas Unidades Técnico-Científicas tem sido a base da avaliação dos resultados institucionais, medidos por indicadores de eficácia. Além disso, são levados em consideração, para fins de avaliação dos resultados alcançados, os indicadores de eficiência e efetividade e também são demonstradas outras informações de ordem qualitativa para melhor ilustrar as análises do desempenho das Ações.

Essa avaliação dos indicadores de desempenho estará contemplada no relatório de gestão, elaborado pela Diretoria de Planejamento da Fiocruz, que comporá a prestação de contas da Instituição, que além da avaliação quantitativa são destacados alguns resultados vinculados aos objetivos estratégicos da Instituição, pelo impacto na saúde pública no âmbito do País, ou, até mesmo, no processo interno da gestão institucional.

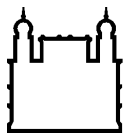
9.3 – Avaliação dos controles internos administrativos

a) Fragilidades identificadas

Nos trabalhos realizados em 2012, examinamos os controles internos administrativos das Unidades que fizeram parte do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas na área de auditoria. Após a constatação de falhas nos controles internos, foram prestadas orientações/esclarecimentos para as equipes responsáveis nas Unidades, tanto em reuniões como nos próprios relatórios de auditoria, além de resultarem em inúmeras constatações, cujas recomendações estão enumeradas, no Anexo II.

Destacamos algumas questões evidenciadas nos trabalhos de auditoria de conformidade e de RH:

- Justificativas inconsistentes para a contratação da FIOTEC;
- Fragilidade no controle dos saldos de convênios a aprovar e vigências expiradas;
- Desatualização dos dados relativos a força de trabalho no SGA-RH;
- Ausência de monitoramento nos processos de trabalho da folha de pagamento;
- Fragilidade nas justificativas e no controle das horas trabalhadas para o pagamento do adicional noturno;



- Fragilidades no cumprimento dos ritos processuais referentes as vantagens que incorporam a remuneração do servidor ativo e inativo, o que vem provocando inconsistências nos atos de pagamento;
- Inconsistência da execução orçamentária das despesas realizadas com os objetivos/finalidades dos programas/ações da Instituição.
- Celebração de alguns convênios com característica de contratos.

b) Os aperfeiçoamentos implementados

Dentre a resolução de algumas questões por parte dos gestores, destacamos alguns dos aperfeiçoamentos implementados no exercício de 2012, conforme relacionado abaixo:

- A estrutura existente, a organização interna e o amplo espaço físico em crescimento do Instituto Carlos Chagas;
- Um significativo avanço no controle patrimonial desde a primeira auditoria de âmbito institucional realizada no exercício de 2005;
- Existência de projetos importantes na Diretoria de Administração do Campus – DIRAC, como o de eficiência energética, que permite acompanhar on-line a utilização de energia nas unidades evitando uma sobrecarga ou custos adicionais pela extrapolação dos limites concedidos pela empresa cessionária de energia e um projeto em andamento sobre a criação de uma brigada de incêndio para prevenção e monitoramento de problemas de incêndios nas unidades da Fiocruz;
- Aprimoramento do Sistema de Apoio à Gestão – SAGE especificamente no que diz respeito a não duplicação de dados;
- Retorno do Relatório de *Despesa/Receita por Projeto/atividade por ação do PPA e Finalidade e Unidade/Subunidade* que havia sido retirado do Sistema de Apoio à Gestão – SAGE.

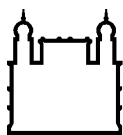
10 – REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, COM A IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

10.1 – Dispensas e Inexigibilidades

Nos trabalhos de auditoria realizados pela Audin, foram analisados 51 processos de dispensa de licitação e 20 processos de inexigibilidade de licitação.

Em cumprimento à IN CGU 01/2007, apresentamos, no Anexo III, as informações acerca dos processos de dispensa e, no Anexo IV, as informações sobre os processos de inexigibilidade que foram constantes dos relatórios emitidos pela Audin.

Com relação aos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, constatamos impropriedades que demandaram recomendações ao gestor, detalhadas no Anexo II, motivo pelo qual, poder-se-á atestar a regularidade dos procedimentos realizados, com ressalvas.



10.2 – Análise da Regularidade dos demais processos licitatórios, incluindo percentual examinado e identificação dos participantes do certame

Nas auditorias realizadas pela Audin foram analisados, por amostragem, os processos de pregão, **referentes aos programas auditados nas Unidades**, conforme quadro abaixo:

PROCESSOS LICITATÓRIOS		
MODALIDADE	QUANTIDADE ANALISADA/UNIVERSO (*)	% ANALISADO
Pregão	21/514	4,08%

(*) – O universo de processos refere-se ao total de processos das Unidades que foram objeto de trabalhos de auditoria em 2012 (inseridas no PAINT-2012), não representando a totalidade de pregões realizados por toda a Fiocruz.

Em atendimento à IN CGU 01/2007, apresentamos, no Anexo V, a relação de contratados (CNPJ e razão social), através dos processos licitatórios que foram objeto de análise por parte desta Auditoria.

Com relação à análise da regularidade desses processos, verificamos diversas impropriedades que foram objeto de recomendações nos respectivos relatórios, motivo pelo qual poder-se-á atestar a regularidade dos procedimentos realizados, com ressalvas.

Os apontamentos, bem como as recomendações, foram registrados nos relatórios de auditoria com a indicação de cada processo.

11 – AVALIAÇÃO DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS

Com relação às informações sobre convênios, solicitadas na IN CGU 01/2007 apresentamos, a seguir, um resumo dos convênios que fizeram parte da amostragem nas auditorias realizadas em 2012.

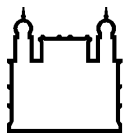
- Número do Convênio: 042/2008 – FIOCRUZ/Paraná e Instituto de Biologia Molecular do Paraná - IBMP

Observância aos arts. 11 e 25 da LC nº 101/2000: Regular

Objeto: Apoiar e ampliar as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, serviços laboratoriais de referência e ensino de pós graduação realizadas pelo IBMP, em parceria com O TECPAR, na área de biologia molecular aplicada e saúde humana e animal, alinhado a projeto de consolidação da rede nacional de ciência e tecnologia em saúde, mediante a expansão institucional da Fiocruz para outras regiões do país, segunda a estratégia de regionalização do desenvolvimento da C&T em saúde, visando a constituição do ICC.

Metas:

- 1-Etapas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde realizadas e seus produtos;
- 2-Serviços laboratoriais de referência;
- 3-Produção de reagentes para diagnósticos;
- 4-Educação profissional, educação permanente e pós-graduação em biologia molecular e biologia celular;
- 5-Aquisição de equipamentos para metas 1 e 2.



Resultados alcançados: Não foram identificados.

Situação da prestação de contas: apresentada porém com despesas incompatíveis.

Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho: não houve

Providências adotadas para os casos onde houver atraso ou ausência das prestações de contas parcial ou final: Não cabe.

- Número do Convênio: 049/2010 - FIOCRUZ/Paraná e Instituto de Biologia Molecular do Paraná - IBMP

Observância aos arts. 11 e 25 da LC nº 101/2000: Regular

Objeto: Implementação de bolsas de apoio áreas estratégicas de pesquisa em saúde pública no ICC.

Metas:

- 1- Mestrado até 15 bolsas
- 2- Mestrado PPSUS – 01 bolsa
- 3- Doutorado até 05 bolsas
- 4- Pós Doutorado até 12 bolsas

Resultados alcançados: Não foram identificados.

Situação da prestação de contas: não foi identificada

Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho: não identificado

Providências adotadas para os casos onde houver atraso ou ausência das prestações de contas parcial ou final: Não cabe.

- Número do Convênio: 077/2010 – Cooperação Técnica

Observância aos arts. 11 e 25 da LC nº 101/2000: Regular

Objeto: Envolvimento na produção e desenvolvimento de novas vacinas adequadas ao quadro epidemiológico brasileiro contra as doenças causadas por S.pneumoniae e N.meningitidis.

Metas:

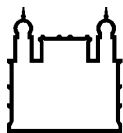
- 1 – Etapa/Fase 1 → Fornecimento, pelo Adolpho Lutz, de 10 cepas de N. meningitidis sorogrupos B e C homólogas e heterólogas, para execução no período de set/10 a set/12;
- 2 – Etapa/Fase 1 → Atualização anual da prevalência dos diferentes sorotipos de N. meningitidis sorogrupos B e C em diferentes regiões do país e por faixa etária, para execução no período de set/10 a set/12 com a emissão de 01 documento;
- 3 – Etapa/Fase 2 → Fornecimento, pelo Adolpho Lutz, de 02 das 10 cepas de S. pneumoniae que sejam representativas da prevalência de doença pneumocócica em crianças por faixa etária em todo território nacional, para execução no período de set/10 a set/12;
- 4 – Etapa/Fase 2 → Atualização anual da prevalência dos diferentes sorotipos de S. pneumoniae em diferentes regiões do país e por faixa etária, para execução no período de set/10 a set/12 com a emissão de 01 documento.

Resultados alcançados: Não tem como mensurar pelo fato de não ter informação do desenvolvimento das Metas no processo.

Situação da prestação de contas: Convênio de cooperação técnica

Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho: Não identificado

Providências adotadas para os casos onde houver atraso ou ausência das prestações de contas parcial ou final: Não cabe.



- Número do Convênio: 004/2011 – Cooperação Técnica

Observância aos arts. 11 e 25 da LC nº 101/2000: Regular

Objeto: Avaliar a imunogenicidade e segurança da vacina de febre amarela formulada com uma concentração menor de partículas virais em crianças entre 9 e 11 meses, buscando confirmar os achados já encontrados em estudo semelhante em adultos, o que permitirá um aumento da plataforma de produção dessa vacina, sem prejuízo à sua elevada imunogenicidade, e com uma reatogenicidade igual ou inferior à observada com a atual concentração.

Metas previstas no plano de trabalho e etapa do cronograma e execução de obrigação do IEC – Subprojeto 1:

Meta 01 – Etapa/Fase 1 e 2 → Qualificação dos equipamentos do laboratório do SAARB/IEC e Elaboração dos protocolos de validação da execução de validação (SAARB/IEC/LATIV-BIO), no período de 04/2011 a 04/2012.

Meta 02:

– Etapa/Fase 1 → Recebimento de amostras, procedimento das amostras (Centrifugação e Aliquotagem) e Acondicionamento das amostras, no período de 05/11 a 05/12.

– Etapa/Fase 2 → Realização de RT-PCR (exames – contra prova), no período de 05/11 a 10/11.

– Etapa/Fase 3 → Realização MAC ELISA rápida FA (exames), no período de 05/11 a 10/11.

– Etapa/Fase 4 → Envio das amostras para Bio (LATIV/LATEV), no período de 05/11 a 05/12.

Metas previstas no plano de trabalho e etapa do cronograma de execução de obrigação da UEPA – Subprojeto 2:

- Meta 01 com 01 Etapa/Fase → Capacitar a equipe para o estudo, no período de 04/11 a 04/11.

- Meta 02 com 03 Etapas/Fases → Divulgar o estudo a comunidade técnico-científica e sociedade, no período de 04/11 a 04/11.

- Meta 03 com 02 Etapas/Fases → Preparar e validar os procedimentos para iniciar o estudo, no período de 04/11 a 04/11.

- Meta 04 com 3 Etapas/Fases → Recrutar e acompanhar voluntários no estudo (1ª etapa – entrevistas, etc), no período de 04/11 a 10/11.

- Meta 05 com 3 Etapas/Fases → Encerrar 1ª etapa do estudo, com emissão de relatórios, cartas e laudos, no período de 04/11 a 10/12.

- Meta 06 com 2 Etapas/Fases → Avaliar a imunidade após coleta de sangue 2ª etapa do estudo, no período de 02/12 a 06/12.

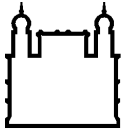
- Meta 07 com 2 Etapas/Fases → Encerrar o estudo (2ª etapa), com emissão de relatórios finais e cartas com Ética e Anvisa, no período de 07/12 a 08/12.

Metas previstas no plano de trabalho e etapa do cronograma de execução de obrigação da SESMA – Subprojeto 3:

- Meta 01 com 01 Etapa/Fase → Capacitar a equipe para o estudo, no período de 04/11 a 04/11.

- Meta 02 com 03 Etapas/Fases → Divulgar o estudo a comunidade técnico-científica e sociedade, no período de 04/11 a 04/11.

- Meta 03 com 02 Etapas/Fases → Preparar e validar os procedimentos para iniciar o estudo, no período de 04/11 a 05/11.



- Meta 04 com 3 Etapas/Fases → Recrutar e acompanhar voluntários no estudo (1ª etapa – entrevistas, etc), no período de 05/11 a 10/11.
- Meta 05 com 3 Etapas/Fases → Encerrar 1ª etapa do estudo, com emissão de relatórios, cartas e laudos, no período de 10/11 a 03/12.
- Meta 06 com 2 Etapas/Fases → Avaliar a imunidade após coleta de sangue 2ª etapa do estudo, no período de 02/12 a 06/12.
- Meta 07 com 2 Etapas/Fases → Encerrar o estudo (2ª etapa), com emissão de relatórios finais e cartas, incluindo o relatório final, no período de 07/12 a 08/12.

Resultados alcançados: Não tem como mensurar pelo fato de não ter informação do desenvolvimento das Metas no processo.

Situação da prestação de contas: Convênio de cooperação técnica.

Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho: Não identificado.

Providências adotadas para os casos onde houver atraso ou ausência das prestações de contas parcial ou final: Não cabe.

- Número do Convênio: Convênio 130/2010 – Fiocruz e a União Ativista Defensora do Meio Ambiente – Uadema.

Observância aos arts. 11 e 25 da LC nº 101/2000: Regular

Objeto: Montagem da exposição “Manguinhos: Território em transe”, no bairro de Manguinhos, por intermédio de uma “instalação de caixa labiríntica para trânsito de pessoas” – painéis articulados num caminho de mão única, formado por peças leves e desmontáveis – permitindo às pessoas passearem entre a arte e a história da vida ambiental e social do território de Manguinhos. O percurso da exposição deveria ser em etapas, de forma a simbolizar a ocupação do território e representar a contemporaneidade da degradação ambiental e o ocaso social

Resultados Alcançados: A exposição foi realizada em maio/2012, durante a Feira Cultural realizada em comemoração ao aniversário de 112 anos da Fiocruz.

Situação da prestação de contas: Embora o convênio tenha sido prorrogado até 30/12/2012, conclui-se que a prestação de contas está em atraso, em razão da última parcela efetivamente liberada ter sido paga em 28/10/2011, já que a terceira e última não foi repassada, conforme informação disponibilizada na página 15 do Relatório Técnico Final. Vale destacar que a Uadema já está inadimplente com a Fiocruz por conta dos convênios 560766 e 533920 (números Siafi).

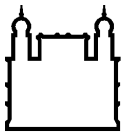
Atos e fatos que prejudicaram o desempenho: Não liberação da terceira parcela

Providências adotadas para os casos onde houver atraso ou ausência das prestações de contas parcial ou final: Não houve.

- Número do Convênio: Termo de Cooperação/Descentralização de Crédito nº 10/2011- Instituto Oswaldo Cruz e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Observância aos arts. 11 e 25 da LC nº 101/2000: Regular

Objeto: Instituir no Instituto Oswaldo Cruz - Fiocruz um Programa de Excelência em Pesquisa Básica e Aplicada em Saúde (PROEP - IOC), visando à promoção da excelência em pesquisa e inovação em saúde nos laboratórios de pesquisa da instituição, credenciados, em 2009, por avaliação externa com consultores do CNPq, por meio da contratação de projetos pelas praxes dos CNPq em chamadas específicas de seleção



Resultados Alcançados: Não foram identificados

Situação da prestação de contas : Parcial aprovada. Ausência de inserção, nos autos, de Relatório Técnico Parcial, conforme exigência estabelecida no item IV - Relação entre as Partes, Prestação de Contas, do Termo de Cooperação/Descentralização de Crédito Externa.

Atos e fatos que prejudicaram o desempenho: Não identificados

Providências adotadas para os casos onde houver atraso ou ausência das prestações de contas parcial ou final: Não houve.

Número do Convênio: Convênio nº 102/2009 – Fiocruz e Instituto de Pesquisas em Patologias Tropicais de Rondônia – Ipepatro.

Observância aos arts. 11 e 25 da LC nº 101/2000: Regular

Objeto: Desenvolvimento de métodos de inovação, controle, diagnóstico e desenvolvimento de protótipos de novos fármacos para malária e leishmaniose/Institucionalização da Fiocruz no Estado de Rondônia/RO/Fiocruz Noroeste. Principais metas: 1 - Estudos do papel epidemiológico de portadores assintomáticos de malária; 2 - Desenvolvimento de novos fármacos contra parasitas da malária e 3 - Desenvolvimento de novos fármacos contra Leishmania Amazonensis.

Resultados Alcançados: A solicitação de três patentes já aprovadas pela Coordenação de Gestão Tecnológica da Fiocruz – Gestec.

Situação da prestação de contas : A última prestação de contas parcial inserida ao processo refere-se ao período de 12/02/2010 a 30/04/2011, tendo como última parcela analisada a paga por intermédio da OB 2010OB800230, de 12/01/2011, no valor de R\$ 440.000,00. Foi constatada, em consulta realizada no dia 22/11/2012, ao sistema SIAFI, a existência de duas parcelas (11 e 12) ainda pendentes de comprovação, nos respectivos valores de R\$ 380.909,19 e R\$ 854.978,00.

Atos e fatos que prejudicaram o desempenho: Não houve

Providências adotadas para os casos onde houver atraso ou ausência das prestações de contas parcial ou final: Não houve

• Número do Convênio: Convênio nº 227/2007 – Fiocruz e Fundação de Apoio a pesquisa do Distrito Federal- FAPDF.

Observância aos arts. 11 e 25 da LC nº 101/2000: Regular

Objeto: Desenvolvimento de programas, projetos atividades de aperfeiçoamento de recursos nas áreas de pesquisa em saúde pública e biomédica, desenvolvimento tecnológico, gestão em ciência e tecnologia, apoio técnico-administrativo a pesquisa, produção e serviço de referência em saúde, através da capacitação em serviço na DIREB/FIOCRUZ.

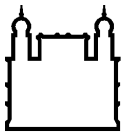
Metas:

- Planejamento das atividades, divulgação de edital e seleção dos participantes e bolsistas.

- Implementação dos bolsistas nos projetos institucionais

Resultados Alcançados: Apoio aos programas, projetos, atividades de aperfeiçoamento de recursos humanos

Situação da prestação de contas: a parcela nº 5 foi liberada, todavia não consta a comprovação da prestação de contas referente à parcela nº 3, no valor de R\$



17.550,00. Cabe salientar que os valores pendentes de comprovação são referentes ao exercício de 2010.

Atos e fatos que prejudicaram o desempenho: Não houve

Providências adotadas para os casos onde houver atraso ou ausência das prestações de contas parcial ou final: Não houve.

Número do Convênio: Convênio nº 128/2009 – Fiocruz e Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa.- FUNDEP

Observância aos arts. 11 e 25 da LC nº 101/2000: Regular

Objeto: Apoio ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades de aperfeiçoamento de recursos humanos nas áreas de pesquisa em saúde pública e biomédica, desenvolvimento tecnológico, gestão em ciência e tecnologia, serviço de referência em saúde, executados pela FIOCRUZ/CPqRR, com apoio da FUNDEP

Resultados Alcançados: Apoio aos programas, projetos, atividades de aperfeiçoamento de recursos humanos

Situação da prestação de contas : Parcial aprovada

Atos e fatos que prejudicaram o desempenho: Não houve

Providências adotadas para os casos onde houver atraso ou ausência das prestações de contas parcial ou final: Não houve.

• Número do Convênio: Convênio nº 169/2009 – Fiocruz e Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco.

Observância aos arts. 11 e 25 da LC nº 101/2000: Regular

Objeto: Implementação do programa de apoio a áreas estratégicas de Pesquisa em Saúde Pública no CPqAM/FIOCRUZ tendo por objetivo instituir a cooperação técnico-científica entre os convenientes para apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação desenvolvidas no Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães-FIOCRUZ.

1ª Meta: 1º Edital

- Planejamento das atividades e lançamento do 1º edital
- Inscrição de propostas
- Processo de seleção dos projetos
- Implementação – vigência das bolsas
- Acompanhamento da execução dos projetos/ED-1
- Avaliação final/ED-1

2ª Meta: 2º Edital

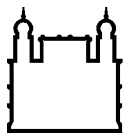
- Planejamento das atividades e lançamento do 2º edital
- Inscrição de propostas
- Processo de seleção de projetos
- Implementação- vigência das bolsas
- Avaliação final

Resultados Alcançados: Apoio atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação desenvolvidas no Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães- CPaAM.

Situação da prestação de contas : Parcial aprovada

Atos e fatos que prejudicaram o desempenho: Não houve

Providências adotadas para os casos onde houver atraso ou ausência das prestações de contas parcial ou final: Não houve.



12 – VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO E REGULARIDADE DOS PROCESSOS DE ADMISSÃO, CESSÃO, REQUISIÇÃO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

As ações de auditoria com foco na área de pessoal, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos da folha de pagamento e dos atos de admissão e concessão de aposentadorias e pensões, em cumprimento as atividades especificadas às unidades de auditoria interna, listadas no Capítulo X da IN SFC nº 01/2001, estão demonstradas abaixo:

AUDITORIAS DE RH	AMOSTRAGEM	INCONSISTÊNCIAS
Aposentadorias	59 processos	45 processos
Pensões	12 processos	07 processos
Adicional Noturno	03 processos	03 processos
Atos de Admissão	438 pastas	78 pastas
Folha de pagamento	318 servidores	27 servidores

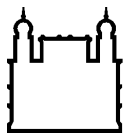
Em atendimento ao inciso VI do artigo 7º da IN CGU nº 01/2007, destacamos as seguintes situações:

a) Folha de Pagamento - Os servidores que tiveram sua folha de pagamento revisada, por ocasião da auditoria específica nessa área, com base nos registros do SIAPE, estão identificados por nome e matrícula, no Anexo VI, correspondendo a 4,33 % sobre a folha de pagamento da Fiocruz. Este trabalho de auditoria originou o relatório nº 15/2012, onde estão contidas as impropriedades e irregularidades e suas respectivas recomendações.

b) Aposentadorias e Pensões - Também para os processos de aposentadorias e pensões, o Anexo VI contém a identificação dos servidores, por nome e matrícula, objeto de verificação de sua conformidade, cujos registros de impropriedades e respectivas recomendações deram origem aos relatórios n.ºs 01 e 14/2012. Foram objeto de análise 59 processos de aposentadorias e 12 processos de pensões, totalizando 71 processos.

13 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDIN

CURSO	Nº SERVIDORES	CARGA HORÁRIA
Fiscalização de Contratos de Terceirização de Mão de Obra.	02	16
Previdência Social dos Servidores Públicos: Aposentadorias e Pensões.	02	25
Gerenciamento de Projetos com o MS Project.	01	24
O TCU sob a Ótica de seu Novo Regimento Interno.	01	24
3º Congresso de Gestão Pública – Gestão Estratégica de Pessoas e Inteligência Pública.	01	24
Seminário "As irregularidades mais frequentes em convênios, na visão do TCU – como evita-las".	02	08
IV Simpósio Nacional: Questões Polêmicas Sobre A Legislação De Pessoal Na Administração Pública	02	28
Ética no Serviço Público	01	10
	TOTAL HH	159



14 - AÇÕES NÃO PLANEJADAS E REALIZADAS PELA AUDIN

Conforme já descrito no subitem 2.3, foram realizadas duas auditorias especiais não previstas inicialmente no PAINT/2012. A Auditoria nos contratos com a LOCANTY foi incluída para atender à solicitação da CGU/RJ (Ofício nº 8.929/NAC2/2012 de 27/03/2012). Esta auditoria especial foi incluída no PAINT após a análise da CGU.

A auditoria nos processos de pregão realizados pelo ex-servidor Mário Luiz Albarnaz Ayroza foi realizada com o objetivo de atender à determinação do Ministério da Saúde, transcrita na Ata de Julgamento do processo administrativo disciplinar nº 25380.003096/2005-84, e sua realização foi aprovada pelo Senhor Presidente da FIOCRUZ em 23/11/11.

15 – AÇÕES PLANEJADAS E NÃO REALIZADAS PELA AUDIN

Dentre as auditorias de conformidade planejadas no PAINT de 2012, não foram realizadas as auditorias em TI e a de pagamentos de horas extras a servidores. A primeira não foi realizada por falta de pessoal qualificado para tal atividade na Auditoria Interna. Quanto à auditoria com foco nos pagamentos de hora extra, além da pouca representatividade do procedimento, a Fiocruz teve um período de um mês de greve o que prejudicou a realização dessa atividade.

16 – OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

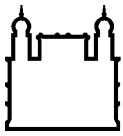
16.1 – Diretoria Executiva

Desde o final do exercício de 2009, a Auditoria Interna passou a integrar efetivamente a Diretoria Executiva, na qual participam os titulares da Diretoria de Administração, Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria de Administração do Campus, Diretoria de Planejamento Estratégico e Procuradoria Federal da Fiocruz, sob a coordenação do Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional.

Em 2012, a Audin participou de todas as reuniões nas quais foi possível acompanhar e contribuir nas discussões relacionadas aos temas da gestão, além de manter os membros daquela Diretoria cientes dos resultados dos trabalhos realizados internamente.

16.2 – Câmara Técnica de Gestão

Desde 2009, a Audin não participa das reuniões do Conselho Deliberativo. Entretanto, participa da Câmara Técnica de Gestão, desde 2010, quando foi instituída pela Portaria da Presidência nº 343/2010, como instância consultiva do Conselho Deliberativo da Fiocruz, cujo objetivo assessorar a Presidência e o conselho deliberativo no âmbito da governança institucional, com foco na inovação e no aprimoramento de estratégias políticas e projetos. A Audin participa deste fórum, como membro da Diretoria Executiva, assim como os vices-diretores das unidades técnico-científicas e técnicas de apoio, assessores das vices-presidências e representantes dos escritórios técnicos da Fiocruz, sendo esta a atual forma de acompanhar os temas a serem deliberados pelo Conselho Deliberativo, além das atas, quando divulgadas na página da Intranet.



Durante o ano de 2012, ocorreram 04 reuniões, em cujos temas de pauta que foram objeto de discussão, destacamos: Curso de capacitação para os concursados, Orçamento e Avaliação da Execução Orçamentária (em abril de 2011), Proposta de Avaliação de Desempenho para o Ciclo 2011-2012, Plano Quadrienal, Plano de Desenvolvimento Gerencial, Execução Orçamentária de 2011, Planejamento e Orçamento de 2012, Normas de Segurança da Informação, entre outros.

16.3 – Comitê GesPública Fiocruz

Desde 13 de julho de 2007, a Auditoria Interna está representada pela sua titular no Comitê Sub-Setorial de Gestão Pública e Desburocratização da Fiocruz – GESPUBLICA/FIOCRUZ, de acordo com a composição instituída pela Portaria PR nº 313/2007, na qual integram os titulares das áreas setoriais da Presidência (DIPLAN, DIRAD, DIREH, VICES PRESIDÊNCIAS, Ouvidoria e CCS) e os vices de gestão e/ou assessores ligados a atividade de qualidade das Unidades, cujo trabalho vem sendo coordenado pela Coordenação da Qualidade, da Secretaria Executiva do PGQ – Fiocruz, vinculada, atualmente, a Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional.

Em 2012, a Audin participou de todas as reuniões agendadas pela citada coordenação, contribuindo nas discussões relacionadas aos temas da qualidade.

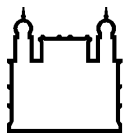
16.4 – Participação em Grupos de Trabalho específicos

A Audin teve representação nas discussões relacionadas aos estudos na área de gestão de contratos e prestação de serviços, cujo objetivo foi a produção de melhorias/atualização do manual de contratos, com base nas normas emitidas pelo governo federal. Trata-se de uma comissão constituída pela Portaria nº 21/2011, da Diretoria de Administração – DIRAD, em 01/08/2011, sob a coordenação do Chefe do Departamento de Operações Comerciais/DIRAD, na qual participaram representantes das áreas de licitação e contratos da própria DIRAD, da Casa de Oswaldo Cruz e da Procuradoria Federal.

A participação do representante da Audin ocorreu em todas as reuniões agendadas pela DIRAD. A proposta de revisão está concluída encontrando-se sob a análise da Diretora de Administração com vistas a submeter a minuta do manual ao Vice Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, o que ocorrerá nas primeiras reuniões da Diretoria Executiva do exercício de 2013.

Um representante da Audin integra também o grupo de trabalho constituído pela Portaria nº 009/2012, da VPGDI, publicada no Boletim Interno da FIOCRUZ em 03/09/2012 para elaborar normativo sobre as contratações com Fundações de Apoio, baseado na legislação vigente e em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União constante do Acórdão nº 1616/2012 – 1ª Câmara.

A participação do representante da Audin ocorreu em todas as reuniões agendadas, porém o objeto do grupo de trabalho ainda não foi concluído, com previsão para seu término em 2013.



16.5 - Desenvolvimento de Sistema

Durante o ano de 2012, a equipe da Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação e da Vice Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional continuou o trabalho de mapeamento de processos e requisitos para aquisição ou desenvolvimento de um sistema para a Auditoria Interna, trabalho este que não foi concluído devido a inúmeros problemas de rotatividade de pessoal daquela equipe e demais prioridades da área de TI.

Registramos, oportunamente, que todos os responsáveis pelas áreas da Auditoria Interna, inclusive sua titular, tiveram dedicação prioritária a este trabalho que continuará no exercício de 2013.

Para melhoria do processo de trabalho, em antecipação a implementação do sistema, vem sendo elaborado em 2012, pelo Coordenador de Auditoria, um caderno de apontamentos e recomendações, objetivando uma padronização de procedimentos para as equipes de auditoria de conformidade, no que couber, cuja conclusão ocorrerá no exercício de 2013.

16.6 – Outras Atividades

Neste exercício a Coordenação de Auditoria da AUDIN atualizou os inúmeros papéis de trabalho utilizados na realização de auditorias visando a racionalização e otimização do trabalho das equipes, adequando-os as mais recentes normas emitidas pelo Governo Federal.

A Auditoria Interna ainda elaborou, em razão do Acórdão 1616/2012 – 1ª. Câmara/TCU e a título de orientação a todos os gestores da Fiocruz, um papel de trabalho para a contratação de Fundações de Apoio, até a conclusão do Manual específico para esse ato administrativo.

17 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório foi elaborado de acordo com o estabelecido nas Instruções Normativas CGU nº 07, de 29/12/2006, e CGU/SFC nº 01, de 03/01/2007, que determinam normas de elaboração, acompanhamento e conteúdo do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2013.

SILVINA DA COSTA MARQUES
Auditora-Chefe